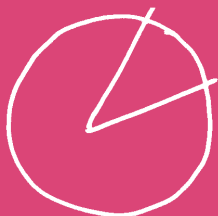
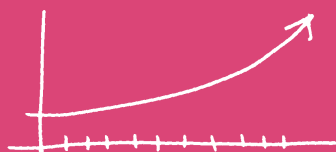


avaliação e aprendizagem

UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL | OUTUBRO 2017



Avaliações internas e externas

Como entender e analisar
os resultados

O que mudou nas avaliações de larga escala?

Saiba de que forma as
novidades podem alavancar
o desempenho da rede

Entrevistas:

O especialista em avaliação, Francisco Soares, fala sobre o uso das avaliações de larga escala

O sociólogo Nelson Gimenes fala sobre a pesquisa que coordenou sobre uso de avaliação externa

No Maranhão, uma cidade passou a prestar atenção nos resultados das avaliações para melhorar a educação local

Avaliação externa

Como compreender e utilizar os resultados
em prol da sua rede

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Avaliação externa : como compreender e utilizar os resultados em prol da sua rede / [coordenação editorial Angela Luiz Lopes ... [et al.]]. -- São Paulo : Fundação Itaú Social, 2017.

Outros coordenadores: Roberta Panico, Sonia Dias, Tatiana Bello Djrdjrjan.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-66932-28-7

1. Avaliação educacional 2. Educação pública - Brasil
3. Programa Avaliação e Aprendizagem I. Lopes, Angela Luiz.
II. Panico, Roberta. III. Dias, Sonia. IV. Djrdjrjan, Tatiana Bello.

17-07936

CDD-370.70981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Avaliação educacional : Educação
370.70981

Formar e informar

O **Programa Avaliação e Aprendizagem**, iniciativa da Fundação Itaú Social com coordenação técnica da Comunidade Educativa Cedac, visa contribuir para os debates e ampliar o uso pedagógico das avaliações externas (de larga escala ou padronizadas) por parte dos gestores e equipes técnicas das secretarias de Educação, bem como por suas redes de ensino.

Movido por esse intuito, o programa desenvolve:

- pesquisas e estudos sobre os usos das avaliações externas junto a secretarias municipais e estaduais de educação;
- publicações para educadores e o público em geral;
- ações de formação em contextos diversos voltadas para gestores e técnicos das equipes de educação das redes estaduais e municipais de educação.

Ao longo do seu percurso, iniciado em 2011, o **Programa Avaliação e Aprendizagem** realizou trabalhos nos estados de Goiás, Ceará, Paraná, Pará e Espírito Santo, bem como nos municípios Bom Jesus, Pedro Afonso e Tupirama, no estado do Tocantins. No ano de 2014 promoveu ações de formação para equipes técnicas que atuam na Secretaria de Educação do Estado do Pará e também chegou a seis municípios maranhenses – Bom Jardim, Igarapé do Meio, Miranda do Norte, Monção, Santa Inês e Vitória

do Mearim. Além disso, uma parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) possibilitou a realização de oficinas com grupos de municípios. Em 2015, o trabalho prosseguiu no Maranhão e se estendeu para três cidades de Minas Gerais – Carbonita, Itamarandiba e Turmalina.

A experiência vivenciada pelo programa em 2014 é o cerne desta publicação voltada para gestores públicos de educação. No primeiro capítulo o foco são as mudanças ocorridas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2013, que desde então passou a realizar a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e também incorporou dois indicadores de contexto ao boletim da Prova Brasil: Índice de Nível Socioeconômico (Inse) e Adequação da Formação Docente.

Além de explicar o impacto dessas novidades na análise dos resultados das redes, o capítulo traz uma entrevista com o especialista da área José Francisco Soares a respeito das recentes alterações no Saeb. “O uso das informações da avaliação de larga escala deve permitir ao gestor tanto o monitoramento da garantia do direito à educação de qualidade como também fornecer uma compreensão ampliada dos contextos educacionais, fundamentais para o planejamento e a ação do seu trabalho”, diz.

Cientes dos desafios ainda encontrados pelas redes de ensino no sentido de compreender e utilizar esses dados propomos no segundo e no terceiro capítulos um passo-a-passo prático, dividido em quatro etapas, para que os gestores educacionais e escolares e respectivas equipes possam utilizar da melhor forma os resultados das avaliações externas, com ênfase na Prova Brasil.

Acreditamos que a informação aliada à formação seja uma ferramenta de fundamental importância rumo à conquista de melhores resultados para as redes. Afinal, como lembra outro entrevistado desta edição, o sociólogo Nelson Gimenes, um dos coordenadores da pesquisa “Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público”, realizada pela Fundação Carlos Chagas e Itaú Social: “Faltam orientações claras a respeito de como uma escola ou secretaria poderia utilizar melhor essas avaliações (...) Falta formação. A informação até existe, mas a grande dificuldade é saber se apropriar e trabalhar com esses dados de diferentes maneiras”.

Portanto, esperamos com esta publicação poder contribuir para a mudança deste quadro e a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Boa leitura!



Iniciativa

Fundação Itaú Social

Vice-Presidente

Fábio Barbosa

Superintendente

Angela Cristina Dannemann

Gerente

Patricia Mota Guedes

Coordenação

Tatiana Bello Djrdjrjan

Comunicação

Alan Albuquerque R. Correia



Coordenação Técnica

Comunidade Educativa - CEDAC

Diretoria

Tereza Perez

Coordenadoria Executiva

Roberta Panico e Patrícia Diaz

Coordenação

Angela Luiz Lopes

Roberta Panico

Avaliação e Aprendizagem

Coordenação Editorial

Angela Luiz Lopes

Roberta Panico

Sonia Dias

Tatiana Bello Djrdjrjan

Textos

Ana Paula Orlandi

Angela Luiz Lopes

Roberta Panico

Edição

Ana Paula Orlandi

Leitura Crítica

Patricia Mota Guedes

Sonia Dias

Tatiana Bello Djrdjrjan

Apoio

Heloisa Pacheco

Lucinha Magalhães

Débora Perillo Samori

Gustavo Heidrich

Simone Azevedo

Revisão

TheSign

Projeto Gráfico

Caracol Design

Ilustrações

Marília Ponte

A publicação **Avaliação e Aprendizagem** tem como referência as técnicas e as experiências práticas adquiridas nas ações de formação continuada promovidas pela Fundação Itaú Social com secretarias municipais de educação em parceria com a Comunidade Educativa CEDAC.



Sumário

- 06** O que mudou nas avaliações de larga escala?
 - 08** Por que os indicadores de contexto foram anexados aos boletins da Prova Brasil?
 - 10** Os indicadores de contexto na prática
 - 11** Conheça a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)
- 12** Entrevista: Mudanças visam melhorar a alfabetização e a compreensão do contexto em que a escola está inserida
- 14** Entenda o boletim da Prova Brasil
- 21** Como entender e analisar os resultados das avaliações externas e internas?
 - 22** Por onde começar?
 - 24** Reuniões da equipe da secretaria com os gestores das escolas
 - 28** É hora de ir a campo
- 32** Entrevista: Falta formação continuada e também diálogo entre o gestor público e a escola para que o uso pedagógico dessas avaliações aconteça de fato
- 35** Como elaborar um plano de ação?
- 42** Acompanhe as ações
- 45** Entrevista: Não existe fórmula mágica. O segredo é fazer um trabalho pautado pela organização, formação de pessoal e acompanhamento das ações da rede

1

O que mudou nas avaliações de larga escala?

Conhecido no cenário educacional brasileiro há mais de duas décadas, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) incorporou algumas novidades em 2013 que podem potencializar o uso pedagógico dos resultados obtidos pelas redes nas avaliações de larga escala.

Para começar, o Saeb passou a realizar a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). A medida, prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, atende à portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, do Ministério da Educação.

Com a mudança, a estrutura do Saeb ficou assim:



Além disso, dois indicadores de contexto agora integram o Boletim da Prova Brasil. Por meio desses dados, os gestores podem conhecer a condição socioeconômica dos alunos e a formação dos professores que atuam nas escolas, ampliando assim a análise dos resultados de aprendizagem e a tomada de decisão em prol da melhoria do ensino na rede.

São eles:

1) Índice de Nível Socioeconômico (Inse)

Esse indicador possibilita, de modo geral, situar o público atendido pela escola em uma média de estrato ou nível social. É calculado a partir da escolaridade dos pais, posse de bens e contratação de serviços pelas famílias dos alunos, como empregado doméstico.

As escolas são classificadas em sete níveis - do nível 1 (aluno com renda familiar de até um salário mínimo; pai ou responsável analfabeto e mãe com Ensino Fundamental incompleto) ao nível 7 (aluno com renda familiar acima de 12 salários mínimos; pais ou responsáveis completaram faculdade e podem ter concluído curso de pós-graduação).

2) Adequação da formação docente

Esse indicador avalia a proporção de professores de cada escola com a formação adequada para a disciplina que leciona, nos termos da lei.

Imagine que ao receber o Boletim da Prova Brasil o gestor de uma escola de Ensino Fundamental II constata um índice baixo no indicador de formação docente: 43%. Para compreender esse indicador ele precisou analisar a formação de cada um dos professores e encontrou o seguinte quadro em uma turma do 6º ano:

Quatro docentes ministravam sete disciplinas. Um professor com formação superior de licenciatura em Matemática lecionava Matemática e Ciências. Já um segundo docente licenciado em Letras-Língua Estrangeira dava aulas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, enquanto um terceiro professor com curso de licenciatura em Educação Física lecionava nessa disciplina. Por fim, um quarto professor bacharel em História (sem curso de complementação pedagógica) lecionava nas disciplinas de História e Geografia.

O Índice de Nível Socioeconômico classifica as escolas de acordo com o perfil dos alunos e respectivas famílias, enquanto o indicador Adequação da Formação Docente avalia a proporção de professores capacitados para ministrar a disciplina em que leciona no momento

Portanto, ao final da análise o gestor descobriu que somente 30% dos docentes do 6º ano possuíam formação adequada. E, se considerarmos as situações das outras turmas, é fácil entender porque a escola possui baixo índice geral nesse quesito.

A partir desse resultado o gestor deverá planejar intervenções na formação dos professores em contexto de trabalho e organização das turmas a fim de minimizar os impactos desse indicador nos resultados de aprendizagem dos alunos. Veremos alguns exemplos dessas ações nos próximos capítulos.



Para saber mais

http://download.inep.gov.br/mailling/2014/nota_tecnica_INSE.pdf

http://download.inep.gov.br/mailling/2014/nota_tecnica_formacao_docente.pdf

Por que os indicadores de contexto foram anexados aos boletins da Prova Brasil?

Vamos pensar em duas escolas de uma mesma rede de ensino. A escola 1 está situada em um lugar de difícil acesso, com sistema de transporte público precário. Os alunos e professores, portanto, precisam acordar muito cedo para chegar até lá. Para completar, boa parte das famílias tem baixo poder aquisitivo e os responsáveis da casa tiveram pouco ou nenhum acesso à escolarização. Já a escola 2 vive em um cenário distinto: está localizada em um ponto central, de fácil acesso, e atende alunos oriundos de famílias com melhor escolaridade e nível socioeconômico.

Sabemos que todos os fatores citados acima podem interferir, positivamente ou não, no processo de ensino da escola. Ou seja, a localização, a quantidade de alunos, a atuação dos professores e gestores escolares, além da participação e presença da comunidade, são alguns dos aspectos que precisam ser considerados para que a comparação entre as unidades escolares não fique restrita aos resultados das proficiências.

Os indicadores de contexto orientam os gestores públicos da educação na hora de pensar em ações específicas para atender às escolas com maiores demandas

Parece óbvio. Entretanto, tais questões não eram levadas em conta na análise dos resultados da Prova Brasil até os indicadores de contexto entrarem em cena no ano de 2013. Vale dizer que esses indicadores foram consolidados por meio dos questionários enviados anteriormente às unidades de ensino pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹ junto com o boletim da Prova Brasil e preenchidos pelos próprios estudantes, professores e gestores de escolas.

Embora não alcancem todas as variáveis, esses indicadores orientam os gestores públicos da educação na hora de pensar em ações específicas para atender as unidades com maior número de demandas, como é o caso da escola 1, citada anteriormente. Neste caso, oferecer alimentação saudável aos alunos, providenciar recursos didáticos variados aos professores e alunos e também promover reuniões periódicas com os pais para maior envolvimento com a proposta pedagógica da escola e da vida escolar de seus filhos figuram entre as estratégias da dupla gestora da escola capazes de assegurar a qualidade da educação na escola 1. Além disso, outras estratégias podem ser planejadas pela secretaria em relação às escolas com esse perfil como, por exemplo, criar incentivos para reter gestores e professores, firmar o compromisso de manter profissionais mais habilitados nessas unidades e assegurar que todos os alunos possuam material escolar e livros de literatura. É possível ainda criar parcerias com entidades do terceiro setor (como organizações não-governamentais) ou outras secretarias (como de Cultura e de Esporte) para organizar atividades no contra turno para os alunos – pode-se promover visitas a museus e bibliotecas ou então realizar partidas de jogos, como futebol e basquete, em quadras poliesportivas fora da escola e que pertençam ao município.

¹ Autarquia federal vinculada ao MEC que realiza estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro.

O Saeb já passou por outras mudanças no passado

Criado em 1988, pelo MEC, o Saeb adotou em 1995 uma nova metodologia baseada na Teoria de Resposta ao Item, possibilitando a comparação de dados ao longo do tempo, em série histórica.

Na mesma época, aconteceu também a primeira aplicação amostral de testes padronizados em leitura e resolução de problemas nas séries finais de cada ciclo do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano) e também no 3º ano do Ensino Médio, de todas as unidades da Federação e redes de ensino público (municipal, estadual e federal) e particular. Desde então, os exames passaram a ser feitos a cada dois anos.

O processo de avaliar o desempenho escolar brasileiro mudou novamente em 2005. Primeiro, o Saeb foi desmembrado em duas avaliações: Aneb e Anresc/Prova Brasil, aplicada de modo censitário em todas as escolas públicas. Na sequência, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador que reúne ao mesmo tempo os conceitos de fluxo (no caso, expressos nas taxas de aprovação registradas no Censo Escolar) e de de-

sempenho (aqui, retratado nas provas padronizadas em leitura e resolução de problemas).

Como sabido, os resultados do Ideb hoje ajudam a traçar metas bianuais e contribuem na checagem das metas de qualidade para a educação básica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

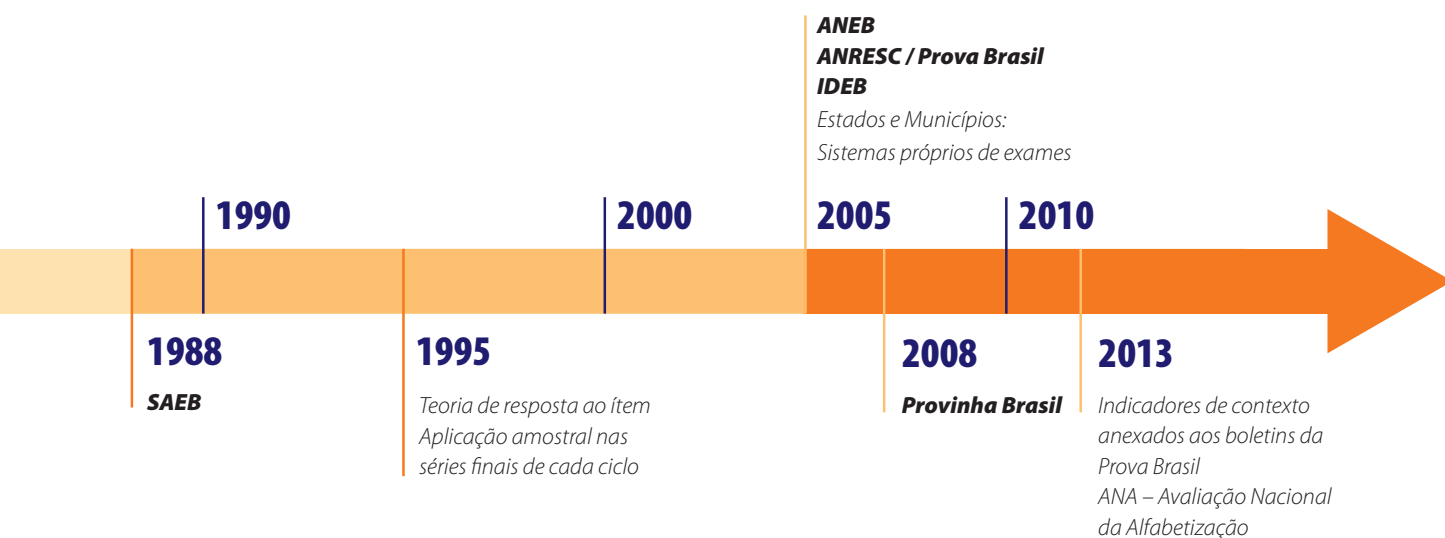
Não podemos esquecer que para ampliar o alcance das avaliações, estados e municípios começaram desde então a desenvolver e aplicar sistemas próprios de exames. Esses testes são inspirados na metodologia do Saeb, mas trazem elementos específicos de cada rede.

E, ao que parece, as mudanças não vão parar por aí. “Todas as nossas avaliações para a educação básica têm sido repensadas para fornecer dados de maior relevância pedagógica às escolas e aos sistemas de ensino”, conta o professor Francisco Soares, especialista em avaliação, na entrevista da página 12.

Para saber mais

<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>

<http://ideb.inep.gov.br/>



Os indicadores de contexto na prática

Durante oficina realizada pelo programa Avaliação e Aprendizagem, no primeiro semestre de 2015, para secretários municipais de educação de Rondônia, em parceria com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), um dos assuntos abordados foi como utilizar os dois indicadores de contexto inseridos no Boletim da Prova Brasil para melhorar a educação oferecida pelas redes. Veja as principais conclusões:

- Os resultados revelados pelo Indicador de Nível Socioeconômico devem impulsionar ações e não reforçar o senso comum de que escola com baixo nível socioeconômico vai mal na Prova Brasil.
- Por meio do Indicador de Nível Socioeconômico, o gestor da secretaria pode compreender qual é a dimensão do papel da escola na vida daqueles alunos e quais as condições precisam ser atendidas para que as instituições de ensino desempenhem essa função a contento. Ou seja, esse indicador ajuda o gestor de uma rede de ensino a pensar, por exemplo, em ações específicas que serão destinadas às escolas com níveis baixos no Inse e também no resultado da Prova Brasil. Isso contribui para que o aluno permaneça na escola e futuramente possa melhorar a própria condição socioeconômica: sabemos que, em geral, maior escolaridade garante maior valorização no mercado de trabalho e, conseqüentemente, aumento da renda.
- Em relação ao Indicador de Nível Socioeconômico faz-se necessário considerar que há escolas na mesma localidade com diferentes resultados na Prova Brasil. Isso pode revelar que as estratégias da gestão escolar asseguraram melhores condições para a aprendizagem desses alunos em determinadas unidades. Para saber mais sobre essa questão vale conhecer a pesquisa “Educação em territórios de alta vulnerabilidade na metrópole: um caso na periferia de São Paulo”², realizada pelo Centro de

Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

- O indicador Adequação da Formação Docente ajuda o gestor de secretaria a definir o grau de investimento necessário para melhorar a formação dos professores, qualificar os processos de seleção e de lotação dos professores, tendo, portanto, informações para a tomada de decisão a partir da realidade de cada unidade escolar. É possível, por exemplo, que o gestor público de Educação proponha uma política de formação continuada sintonizada com as necessidades dos professores da sua rede, bem como possa buscar cursos específicos oferecidos pelo MEC, governo estadual, instituições de ensino ou plataformas de educação à distância para o desenvolvimento profissional dos docentes. Mais: no processo de seleção, o gestor poderá adequar a contratação de acordo com a demanda de professores por área de conhecimento e segmento. Se houver comunidades mais distantes, onde é comum a carência de professores, o gestor de secretaria poderá criar incentivos ou buscar novas contratações para melhor atender essas localidades.
- A formação dos professores tem impacto na qualidade de ensino oferecida pela rede. Pelo fato de poucos educadores possuírem formação específica, o ensino de Artes é um dos mais comprometidos por essa realidade, por exemplo. Há também casos de professores formados em História, mas que ministram aulas de Língua Portuguesa. Ou então de professores que não são especialistas (cursaram magistério ou Pedagogia e são habilitados para o trabalho no EFI), mas atuam como professores de Língua Portuguesa no EFII.
- A seleção e formação dos gestores escolares também precisa ser objeto de reflexão e aprimoramento por parte da equipe da Secretaria, pois esses profissionais têm um papel estratégico na garantia do direito à aprendizagem de cada e todo estudante.

2 <http://www.cenpec.org.br/2015/09/20/educacao-em-territorios-de-alta-vulnerabilidade-social-na-metropole/>

- Nos próximos capítulos mostraremos o quanto é importante a Secretaria contar com a ajuda da dupla gestora de cada escola no planejamento conjunto de ações e envolvimento de toda a equipe escolar nesse processo. Se o critério de seleção de diretores for meramente político, por exemplo, como garantir que eles terão o perfil necessário para assumir

o papel de liderança pedagógica na escola? Se em uma rede faltam coordenadores pedagógicos, como assegurar que haja acompanhamento da prática na sala de aula? Se a rede não possui um plano de formação para seus coordenadores pedagógicos e diretores, como esperar que eles já estejam prontos para desempenhar suas funções?

Conheça a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)

A meta da ANA é avaliar a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas.

A exemplo da Prova Brasil, o boletim da ANA também traz esses dois indicadores de contexto: Índice de nível socioeconômico (Inse) e Adequação da Formação Docente. Tais indicadores devem ser levados em conta na análise dos resultados da avaliação.

Mas quais são as diferenças entre a Provinha Brasil e a ANA? A Provinha Brasil foi instituída em 2008 e é uma avaliação diagnóstica da alfabetização, ou seja, visa

apoiar os professores para que esses saibam como está a alfabetização dos alunos no 2º ano do Ensino Fundamental e os ajudem a propor intervenções. Já a ANA, que começou a ser aplicada em 2013, avalia o nível de alfabetização no final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Ambas se inserem no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que busca garantir a alfabetização e letramento de crianças dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, mas guardam suas peculiaridades. Confira:

PROVINHA BRASIL

- Avalia o nível de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental.
- É aplicada anualmente, no início e no final do ano letivo para facilitar o diagnóstico das dificuldades de cada criança.
- A adesão é opcional, e a aplicação fica a critério de cada secretaria de educação das unidades federadas.
- Aplicada e corrigida pelos professores com acompanhamento dos gestores.
- Os resultados buscam ajudar no planejamento das intervenções para melhoria da alfabetização até o fim do ciclo.

ANA

- Avalia o nível de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental.
- Aplicada bianualmente, apenas no final do ano letivo.
- É censitária, ou seja, é realizada obrigatoriamente por todos os estudantes da rede pública de 3º ano do Ensino Fundamental do país.
- É elaborada e corrigida por agentes externos.
- Além de avaliar o desempenho dos alunos, produz indicadores sobre as condições da escola e da rede por meio de questionários respondidos pelos professores e gestores das escolas.

Para saber mais

<http://provinhabrasil.inep.gov.br/> e <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana>

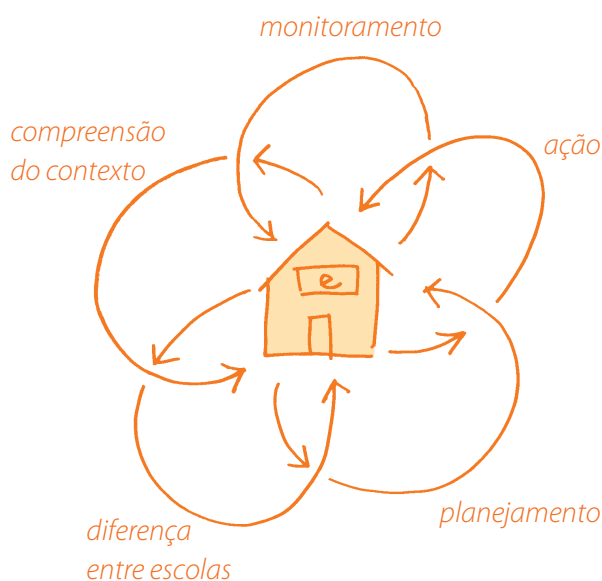
Entrevista: “Mudanças visam melhorar a alfabetização e a compreensão do contexto em que a escola está inserida”

A opinião acima é do professor Francisco Soares, especialista em avaliação, que conversou com a equipe da publicação *Avaliação e Aprendizagem* sobre temas como a inclusão da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e também a presença de indicadores de contexto na Prova Brasil e no Censo Escolar da Educação Básica.

Soares fala com conhecimento de causa. Além de ter presidido o Inep entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2016, ele possui doutorado em Estatística pela University of Wisconsin-Madison e pós-doutorado em Educação pela University of Michigan- Ann Arbor, ambas localizadas nos Estados Unidos. Professor titular aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais, foi membro do Conselho Nacional de Educação e do conselho de governança do movimento Todos pela Educação.

POR QUE A ANA FOI CRIADA? QUAIS SÃO OS RESULTADOS ESPERADOS?

SOARES: A ANA está prevista na mesma portaria que criou o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) - Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. Seu objetivo é aferir os níveis de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, quando os estudantes concluem o ciclo de alfabetização. O que se espera é monitorar a garantia do direito dos estudantes de se alfabetizarem nos primeiros três anos de escolarização. A avaliação fornece a cada escola informações sobre a alfabetização dos seus estudantes. Com esses dados, o gestor pode repensar suas práticas para melhor atendê-los.



COMO A ANA VAI AJUDAR OS GESTORES A MELHORAR O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DA PRÓPRIA REDE?

SOARES: Os resultados da ANA são apresentados da seguinte forma: quatro níveis em leitura, quatro níveis em Matemática e cinco níveis em escrita. Os estudantes de cada escola estão distribuídos nos níveis de acordo com o seu desempenho na prova. Dessa forma, o gestor pode analisar em quais escolas há muitos estudantes localizados em níveis de baixo desempenho. Pode, ainda, analisar quais as condições de oferta de ensino nessas escolas ao verificar o indicador de nível socioeconômico e de formação docente.

Ao analisar os resultados, o gestor consegue definir ações prioritárias de melhoria do processo de ensino e aprendizagem de acordo com a necessidade de sua escola. O professor, por sua vez, consegue saber quais as habilidades que seus estudantes ainda não consolidaram e planejar suas aulas de maneira que eles possam aprender melhor.

DE QUE MANEIRA A ANA CONTRIBUI E COMPLEMENTA A PROVINHA BRASIL?

SOARES: A Provinha Brasil é um instrumento que a escola aplica no 2º ano do ensino fundamental e pode prever os desempenhos em alfabetização antes do final do ciclo. Tal aplicação favorece a correção dos problemas identificados na aquisição das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática. O próprio professor corrige a prova e pode ter uma informação sobre o desempenho de cada estudante em sua turma. A ANA, por sua vez, executada no final do 3º ano do Ensino Fundamental, avalia se as habilidades de alfabetização já estão consolidadas, informando se os estudantes da escola conseguiram alcançar um nível de leitura e de rendimento em matemática que permita que eles compreendam adequadamente os conteúdos dos anos posteriores.

O QUE OS QUATRO INDICADORES DE CONTEXTO AGREGAM À ANÁLISE DE DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?

SOARES: Compreender o contexto em que o desempenho ocorre é fundamental para entender as diferenças entre as escolas. É importante, por exemplo, saber se o professor da turma de alfabetização possui uma formação adequada à sua tarefa. Já o nível socioeconômico da escola pode informar sobre o acesso dos estudantes a determinados bens e serviços. Mesmo que compreendamos que os indicadores não são vinculados diretamente ao desempenho, mostrá-los às comunidades escolares permite perceber as diferenças entre os resultados produzidos e até mesmo em quais contextos a escola conseguiu produzir melhores resultados.

O uso das informações da avaliação de larga escala deve permitir ao gestor tanto o monitoramento da garantia do direito à educação de qualidade como também fornecer uma compreensão ampliada dos contextos educacionais, fundamentais para o planejamento e a ação do seu trabalho

O INEP PLANEJA, A CURTO OU A MÉDIO PRAZO, REALIZAR OUTRAS MUDANÇAS NAS AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA? E NA PROVINHA BRASIL?

SOARES: O Inep tem buscado aprimorar as avaliações que produz, seja modificando a forma de apresentar os resultados, seja alterando a matriz de referência dos testes. A Provinha Brasil vai passar por aprimoramentos para atender melhor ao diagnóstico de alfabetização. Todas as avaliações do Inep para a educação básica têm sido repensadas para fornecer dados de maior relevância pedagógica às escolas e aos sistemas de ensino.

COMO O INEP ANALISA O USO DAS INFORMAÇÕES DE LARGA ESCALA PELOS GESTORES DE EDUCAÇÃO?

SOARES: Percebemos a necessidade dos gestores por maior apoio e informações que permitam uma utilização mais fácil e abrangente dos resultados das avaliações. Temos um papel fundamental nesta tarefa e o Inep tem trabalhado no sentido da contextualização dos resultados das avaliações e da devolutiva pedagógica. O Portal do Ideb e a Plataforma Devolutivas Pedagógicas são exemplos concretos desse esforço institucional. O uso das informações da avaliação de larga escala deve permitir ao gestor tanto o monitoramento da garantia do direito à educação de qualidade como também fornecer uma compreensão ampliada dos contextos educacionais, fundamentais para o planejamento e a ação do seu trabalho.

Entenda o boletim da Prova Brasil

Vamos mostrar agora o boletim da Prova Brasil da escola pública municipal Girassol (nome fictício).

O **quadro 1** apresenta os indicadores de contexto, com foco no Indicador de Nível Socioeconômico (Inse).

Quadro 1

Cada escola pode descobrir o nível socioeconômico médio de seus alunos por meio do Inse.

A escala do Inse varia entre 1 e 7. Um resultado mais próximo do sete, por exemplo, denota melhor situação familiar, social e econômica do aluno. Veja que a escola Girassol possui índice 3, considerado baixo.

Indicadores Contextuais

O Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Adequação da Formação Docente produzem informações sobre o contexto em que cada escola desenvolve o trabalho educativo.

O Indicador de Nível Socioeconômico possibilita, de modo geral, situar o público atendido pela escola em um estrato ou nível social, apontando o padrão de vida referente a cada um de seus estratos. Esse indicador é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos alunos. Para melhor caracterizar as escolas foram criados sete grupos, de modo que, no Grupo 1, estão as escolas com nível socioeconômico mais baixo e, no Grupo 7, com nível socioeconômico mais alto.

O Indicador de Adequação da Formação Docente analisa a formação dos docentes que lecionam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na escola. Apresenta o percentual de disciplinas, em cada etapa, que são ministradas por professores com formação superior de Licenciatura (ou Bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que leciona. No caso dos anos iniciais, considera-se adicionalmente a formação em Licenciatura em Pedagogia (ou Bacharelado com complementação pedagógica).

Nível Socioeconômico

Grupo 3

A baixa pontuação da escola no Inse pode indicar que a maioria dos alunos não tem acesso à leitura ou bens culturais em casa. Mais: em geral, eles vêm de famílias com pouca tradição de escolarização e também costumam passar por dificuldades ou privações materiais.

A classificação da escola em determinado grupo não significa que todos os seus alunos estejam no mesmo nível socioeconômico. Esse número expressa apenas a média da realidade do corpo discente.

A partir da interpretação correta do Inse, as equipes da secretaria e das escolas conseguem discutir propostas capazes de ampliar e assegurar oportunidades de aprendizagem para todos os alunos.

Quadro 2

No boletim da Prova Brasil, o Indicador de Adequação da Formação Docente é apresentado ao lado do Inse e informa o percentual de docentes que possuem formação adequada à área de atuação para os anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental.

Indicadores Contextuais

O Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Adequação da Formação Docente produzem informações sobre o contexto em que cada escola desenvolve o trabalho educativo.

O Indicador de Nível Socioeconômico possibilita, de modo geral, situar o público atendido pela escola em um estrato ou nível social, apontando o padrão de vida referente a cada um de seus estratos. Esse indicador é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos alunos. Para melhor caracterizar as escolas foram criados sete grupos, de modo que, no Grupo 1, estão as escolas com nível socioeconômico mais baixo e, no Grupo 7, com nível socioeconômico mais alto.

O Indicador de Adequação da Formação Docente analisa a formação dos docentes que lecionam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na escola. Apresenta o percentual de disciplinas, em cada etapa, que são ministradas por professores com formação superior de Licenciatura (ou Bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que leciona. No caso dos anos iniciais, considera-se adicionalmente a formação em Licenciatura em Pedagogia (ou Bacharelado com complementação pedagógica).

Formação Docente	
Anos Iniciais	Anos Finais
41,10%	19,30%

Um percentual baixo indica que muitos docentes não têm formação suficiente ou então são graduados em outras áreas, mas, mesmo assim, estão em sala de aula ministrando disciplinas sem dominar o conteúdo específico e/ou a parte didática.

No caso da escola Girassol, nota-se que menos da metade (41,10%) dos professores do Ensino Fundamental I tem a formação adequada para esta etapa de ensino e quase 60% não possuem formação adequada. Em relação ao Ensino Fundamental II, a situação é ainda mais grave: apenas ¼ dos professores tem formação adequada. Ou seja, dentre os 12 professores, somente quatro deles estão aptos a atuar na área em que lecionam.

Quadro 3

Outra fonte de informação presente no boletim é o quadro com a participação absoluta e em porcentagem dos alunos na Prova Brasil.

A equipe da secretaria deve ficar atenta às baixas taxas de participação, pois isso ajuda a evitar que as escolas selecionem apenas os melhores alunos para realizarem a Prova Brasil e, dessa forma, garantam resultados melhores para a unidade. Essa prática deve ser combatida por inverter a lógica da avaliação e impossibilitar que o resultado retrate de fato a realidade dos alunos da escola e, conseqüentemente, da rede.

Participação na Avaliação		
O quadro a seguir mostra o número de alunos que realizou a Prova Brasil e a respectiva taxa de participação da escola, com base nos dados do Censo Escolar 2013.		
	5º	9º
Alunos que realizaram a prova	30	54
Taxa de participação da escola (%)	90,91%	100,00%

Repare que nem todos os alunos do 5º ano da escola Girassol realizaram a Prova Brasil. O boletim mostra que cerca de três alunos se ausentaram da avaliação. É importante que a secretaria e a escola identifiquem esses alunos e compreendam o motivo da falta.

Durante as reuniões de formação, a equipe da secretaria deve orientar os gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos) a divulgarem para as famílias o cronograma de realização da Prova Brasil, reforçando a importância da presença dos alunos na data marcada.

Quadro 4

O boletim também traz gráficos com o desempenho dos alunos de cada escola na Prova Brasil dividido por nível de proficiência, ano de escolaridade e disciplina.

O Boletim da Prova Brasil apresenta o percentual de alunos posicionados em cada nível da escala de proficiência de Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática. Cada escala de proficiência possui um número de níveis que compreendem um conjunto de habilidades que os alunos posicionados nesse nível provavelmente dominam.

Gráfico 1 - Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência - Língua Portuguesa

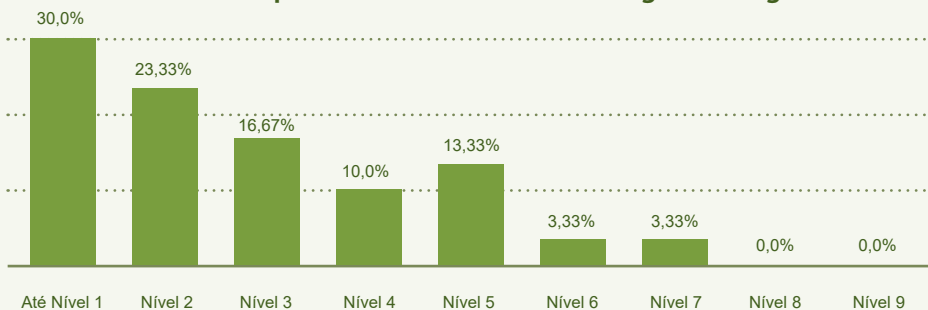
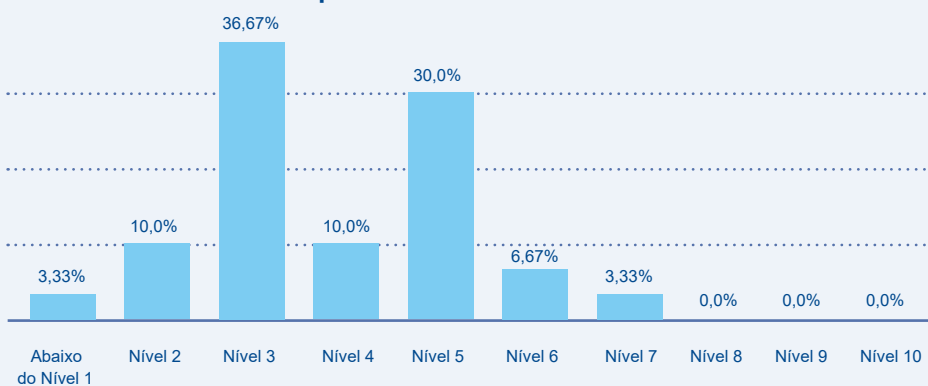


Gráfico 2 - Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência - Matemática



Em Leitura, a escala possui 9 níveis no 5º ano (0 a 350 pontos) e 8 níveis no 9º ano (200 a 400 pontos). Sendo que o primeiro nível, chamado "Até nível 1" inclui as proficiências do intervalo de 0 a 150 pontos e os outros avançam de 25 em 25 pontos até o valor máximo.

Em Matemática, a escala possui 10 níveis no 5º. ano (0 a 375 pontos) e 9 no 9º ano (200 a 425 pontos), sendo que no nível 1 o intervalo é de 125 a 150 pontos para o 5º ano e 200 a 225 para o 9º ano.

Um aluno do 5º ano no nível 2 (entre 150 e 175 pontos), por exemplo, precisa dominar as seguintes habilidades em Língua Portuguesa:

- Localizar a informação explícita em contos.
- Identificar o assunto principal e a personagem principal em reportagens e em fábulas.
- Reconhecer a finalidade de receitas, manuais e regulamentos.
- Inferir as características de personagem em fábulas.
- Interpretar linguagem verbal e não verbal em tirinhas.

Já um aluno do 5º ano de nível 3, além das habilidades do nível 2, também deve saber em Língua Portuguesa:

- Localizar informação explícita em contos e reportagens.
- Localizar informação explícita em propagandas com ou sem apoio de recursos gráficos.
- Reconhecer a relação de causa e consequência em poemas, contos e tirinhas.
- Inferir o sentido de palavra, o sentido de expressão ou o assunto em cartas, contos, tirinhas e histórias em quadrinhos com o apoio de linguagem verbal e não verbal.

Os níveis 4 e 5 indicam o aprendizado esperado de alunos de 5º e 9º anos em Língua Portuguesa e Matemática. A partir do nível 6, os alunos têm desempenho acima do esperado, enquanto aqueles com desempenho insuficiente figuram nos níveis inferiores a 4 da tabela.

Veja o exemplo:

O gráfico 1 mostra que em relação à Língua Portuguesa, dentre os 30 alunos de 5º ano da escola Girassol que realizaram a prova:

- 70% deles, ou 21 alunos (soma dos níveis até nível 1, nível 2 e 3), estão com habilidades insuficientes.
- Apenas 23,3 %, ou sete alunos, ocupam o nível adequado (soma dos níveis 4 e 5).
- Menos ainda - somente 6,66 %, ou dois alunos - revelam desempenho acima do esperado.

A escola Girassol, portanto, tem um grande desafio pela frente. Em um grupo de 30 alunos, 21 deles possuem nível insuficiente de aprendizado em Língua Portuguesa. Cabe aos gestores da secretaria e da escola mobilizarem esforços para o planejamento de intervenções que apoiem esses alunos com dificuldades de aprendizagem.

A última parte do boletim traz a comparação com outras escolas, considerando os resultados da escola Girassol e de outras unidades similares. É possível comparar ainda o índice da escola Girassol com os índices do município, do estado e do país.

A similaridade das escolas é definida a partir dos indicadores de contexto.

O nível esperado de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática para os alunos do 5º e 9º ano situa-se entre 3 e 4. Se o aluno alcançou níveis superiores a 4, ele possui desempenho acima do esperado, mas se ficou nos níveis abaixo de 3 apresenta desempenho insuficiente.

Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência

Distribuição dos Alunos por Nível de Proficiência em Língua Portuguesa

	Até Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
Sua Escola	30,00%	23,33%	16,67%	10,00%	13,33%	3,33%	3,33%	0,00%	0,00%
Escolas Similares	47,71%	23,64%	13,55%	8,33%	4,81%	1,44%	0,52%	0,00%	0,00%
Total Município	46,80%	24,62%	14,42%	7,15%	4,24%	1,37%	1,15%	0,11%	0,13%
Total Estado	49,56%	22,08%	13,70%	7,93%	4,14%	1,72%	0,66%	0,17%	0,04%
Total Brasil	24,16%	18,33%	17,65%	15,36%	11,65%	7,37%	3,75%	1,38%	0,34%

Distribuição dos Alunos por Nível de Proficiência em Matemática

	Abaixo do Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
Sua Escola	3,33%	10,00%	36,67%	10,00%	30,00%	6,67%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Escolas Similares	16,60%	19,12%	24,55%	19,08%	10,65%	6,45%	1,90%	1,28%	0,37%	0,00%	0,00%
Total Município	14,86%	21,63%	24,27%	19,40%	10,45%	5,40%	2,71%	1,16%	0,11%	0,00%	0,00%
Total Estado	18,93%	19,23%	23,42%	18,31%	10,60%	5,58%	2,58%	0,94%	0,30%	0,13%	0,00%
Total Brasil	5,81%	9,04%	15,19%	18,06%	17,21%	14,35%	10,12%	5,91%	2,87%	1,44%	0,00%

Se somarmos os níveis 1 e 2 da escola Girassol, do município, do estado e do Brasil, onde vamos encontrar o maior percentual de resultado?

Escola Girassol: nível 1 e 2 = 53,33% de alunos com nível insuficiente.
 Todas as escolas do município: nível 1 e 2 = 71,42% de alunos com nível insuficiente.
 Estado: nível 1 e 2 = 71,64% de alunos com nível insuficiente.
 Brasil: nível 1 e 2 = 42,49% de alunos com nível insuficiente.

Em relação ao nível insuficiente, nota-se que a escola Girassol tem melhor resultado em relação à pontuação do estado e do município.

Mesmo assim, mais da metade dos seus alunos se encontram nesse nível, abaixo do resultado médio do Brasil.

Se compararmos o nível adequado (níveis 3 e 4) percebemos que a escola Girassol tem 26,67% de alunos nesse patamar, enquanto o município possui 21,57%, o estado, 11,63%, e o Brasil, 33,01%.

Em Matemática, repetindo-se as comparações anteriores, vemos que a escola Girassol está abaixo da média do Brasil e acima da média do Estado.

Será que na porcentagem de alunos com habilidades acima do esperado vamos encontrar este mesmo resultado?

- Escola Girassol: 19,93% alunos com desempenho acima do esperado.
- Município: 6,76% alunos com desempenho acima do esperado.
- Estado: 6,73% alunos com desempenho acima do esperado.

- Brasil: 24,42% alunos com desempenho acima do esperado.

A resposta, portanto, é sim: a escola Girassol possui índice acima dos índices do município e do estado, e inferiores em relação à média brasileira.

A equipe da secretaria ainda deve empreender esforços e não deve se satisfazer com o fato de a escola Girassol apresentar melhores percentuais em relação ao estado, pois apesar desse resultado sinalizar o esforço já realizado pela escola, também mostra que muito precisa ser realizado, pois mais da metade de seus alunos ainda se encontra no nível insuficiente em Matemática e Língua Portuguesa. A meta esperada pela rede é ter 100% dos alunos nos níveis acima de 3.

Agora vamos comparar os resultados dos alunos de 5º ano em Língua Portuguesa da escola Girassol e de outras unidades similares.

	Alunos com desempenho insuficiente	Alunos com desempenho adequado	Alunos com desempenho acima do esperado
	Até Nível 1, Nível 2	Nível 3 e 4	Acima do nível 5
Escola Girassol	53,33%	26,67%	19,93%
Escolas similares	71,35%	21,88%	6,77%

Esses dados apontam um melhor resultado da escola Girassol em relação à média de escolas com o mesmo contexto sócio-econômico. No caso, a escola Girassol possui:

- Menos alunos com nível insuficiente;
- Quase o mesmo percentual de alunos no adequado;
- Mais que o dobro de alunos acima do esperado.

De certa forma, esses resultados indicam que a escola Girassol tem conseguido desenvolver um trabalho capaz de potencializar o aprendizado dos alunos, pois apresenta quase o mesmo percentual de alunos no nível adequado e acima do esperado. No entanto, os dados também apontam que é necessário apoiar cerca de 50% dos alunos com desempenho insuficiente.

Conhecer e analisar esses dados pode ajudar a compreender por qual motivo uma escola, em tese com as mesmas condições do que outras unidades, pode ter

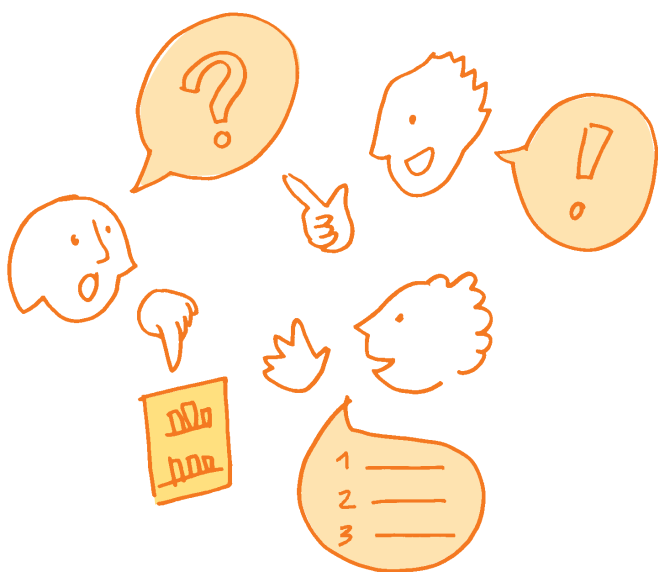
um desempenho superior à média da rede. A partir desse diagnóstico é possível mapear junto aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores quais estratégias têm levado a maior ou menor aprendizagem dos alunos. E, assim, corrigir rotas ou replicar boas experiências entre as escolas.

Algumas ações devem ser asseguradas na rotina da equipe da secretaria para identificar oportunidades de melhoria da rede:

- Análise detalhada de todas as partes do boletim da Prova Brasil bem como de dados de outras avaliações externas;
- Acompanhamento do nível de aprendizagem dos alunos ao longo do ano nos diferentes momentos de avaliações internas;
- Monitoramento da frequência dos alunos, além dos índices de aprovação, reprovação e abandono escolar.

2

Como entender e analisar os resultados das avaliações externas e internas?



Nosso passo-a-passo será dividido da seguinte forma:

- Neste capítulo vamos falar das duas etapas iniciais, ou seja, reuniões (internas na secretaria de Educação e da equipe da secretaria com os gestores da escola) para compartilhamento e análise de dados; e visitas da equipe da secretaria às escolas.
- No próximo capítulo trataremos da elaboração de plano de ação e, por fim, do acompanhamento pela Secretaria dessas ações por meio de visitas e reuniões.

Nas últimas duas décadas as avaliações de larga escala têm ganhado força no cenário da educação brasileira e relevância na institucionalização de políticas públicas educacionais.

Entretanto, ainda é um grande desafio para os gestores públicos de educação e as respectivas equipes utilizarem na prática os resultados das avaliações de forma geral – tanto de larga escala quanto aquelas realizadas pela própria escola.

Mas, afinal, por que isso acontece? “Faltam orientações claras a respeito de como uma escola ou secretaria poderia utilizar melhor essas avaliações”, alerta na entrevista da página 32 o sociólogo Nelson Gimenes, um dos coordenadores da pesquisa “Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público”, realizada pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Itaú Social. “Falta formação. A informação até existe, mas a grande dificuldade é saber se apropriar e trabalhar com esses dados de diferentes maneiras”.

Com o intuito de iluminar essa questão, apresentamos a seguir um conjunto de encaminhamentos que podem ajudar os gestores públicos de educação a colocar em discussão o processo de avaliação em suas escolas, fazer o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas e promover ações necessárias capazes de gerar uma efetiva melhoria do ensino em sua rede.

Em tempo: para facilitar a compreensão, vamos usar como exemplo a mensuração dos resultados da Prova Brasil, mas esse roteiro pode ser aplicado em outras avaliações de larga escala utilizadas pela rede.

Por onde começar?

Reuniões internas na secretaria de educação

Considerando que os resultados da Prova Brasil são divulgados em boletins enviados diretamente para as escolas, sugere-se que a equipe de gestão da educação do município¹ primeiramente sistematize e consolide os resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil dos alunos de 5º e 9º anos e os indicadores de contexto de todas as escolas da rede.

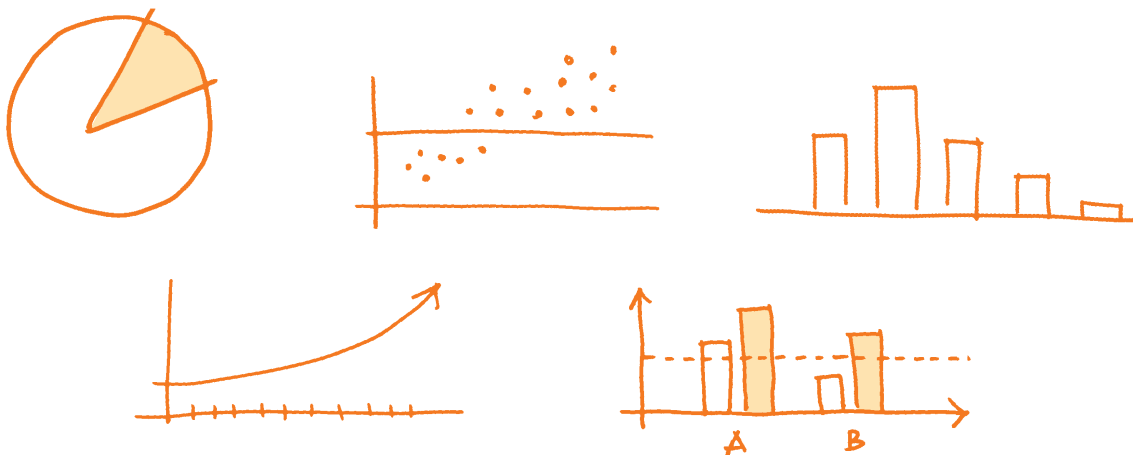
A partir daí, a equipe pode analisar esses dados levando em conta aspectos como condições de ensino e aprendizagem de cada escola e plano de formação dos educadores, além da proposta pedagógica da rede.

Como sabemos, os aspectos citados acima são complexos e colocá-los em discussão com a equipe escolar demandará a realização de várias reuniões para serem discutidos de forma efetiva. Ou seja, dificilmente uma equipe vai conseguir chegar a resultados efetivos caso realize apenas uma reunião.

Durante essas reuniões com a equipe escolar podem ser propostas algumas perguntas capazes de gerar reflexão entre seus integrantes. Veja a seguir alguns exemplos:

Para avaliar os dados gerais da rede:

- Quantos alunos realizaram a Prova Brasil em relação ao total de estudantes matriculados nos 5º e 9º anos?
- Quais ações foram desencadeadas pelas escolas para assegurar esse percentual de participação?
- Qual é o percentual de alunos com nível adequado em Língua Portuguesa? E em Matemática?
- Houve evolução do percentual de alunos em nível adequado ao longo da série histórica? Conseguimos assegurar o avanço da aprendizagem entre o 5º ano e o 9º ano?
- Qual é o percentual de alunos com desempenho adequado na rede? E de alunos com desempenho abaixo do básico? A maior parte dos alunos fica no desempenho adequado ou no abaixo do básico?
- Existem escolas cujos alunos não realizaram a Prova Brasil? Essas escolas representam qual percentual da rede?



¹ Também para facilitar a compreensão, vamos usar como exemplo o secretário e os técnicos da secretaria municipal de educação.

A escala Saeb

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos na Escala Saeb. Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram uma pontuação capaz de demonstrar que o aluno possui o domínio da competência avaliada. Os especialistas apontaram ainda que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos podem ser distribuídos em quatro níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado.

Veja a seguir a distribuição da pontuação de acordo com essa escala:

Língua Portuguesa – 5º Ano

- Insuficiente: 0 a 149 pontos
- Básico: 150 a 199 pontos
- Proficiente: 200 a 249 pontos
- Avançado: Igual ou maior que 250 pontos

Língua Portuguesa – 9º Ano

- Insuficiente: 0 a 199 pontos
- Básico: 200 a 274 pontos

- Proficiente: 275 a 324 pontos
- Avançado: Igual ou maior que 325 pontos

Matemática – 5º Ano

- Insuficiente: 0 a 174 pontos
- Básico: 175 a 224 pontos
- Proficiente: 225 a 274 pontos
- Avançado: Igual ou maior que 275 pontos

Matemática – 9º Ano

- Insuficiente: 0 a 224 pontos
- Básico: 225 a 299 pontos
- Proficiente: 300 a 349 pontos
- Avançado: Igual ou maior que 350

Fonte: <http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/aprendizado-adequado/>

Atenção: o nível adequado considerado nessa publicação refere-se à soma dos níveis proficiente e avançado, baseado na compreensão de que os educadores devem possuir altas expectativas para a aprendizagem dos alunos. As equipes da secretaria e das escolas, portanto, não podem se conformar com o nível básico, pois ele é considerado como indicador de baixo desempenho dos alunos.

Nessa reflexão é importante considerar ainda a relação entre desempenho e fluxo:

- Qual o percentual de reprovação de cada uma das escolas da rede?
- Houve queda nesse indicador nos últimos anos?
- A melhoria desse percentual está relacionada às ações de apoio aos alunos que ainda não aprenderam?

Utilize os indicadores de contexto

Recomenda-se que após a análise dos resultados gerais da rede, a equipe da secretaria avalie os resultados por escola com a ajuda dos dois indicadores de contexto da Prova Brasil – Índice de Nível Socioeconômico (Inse) e Adequação da Formação

Docente. É bom lembrar que o objetivo aqui não é criar um ranking de escolas, mas estabelecer relações entre elas e assim conseguir tomar decisões sobre as condições que precisam ser asseguradas de acordo com as necessidades de cada uma.

Para facilitar o processo de análise dos resultados por escola, a equipe pode utilizar algumas perguntas:

- Qual é o percentual de alunos com desempenho adequado em cada escola? E de alunos com desempenho abaixo do básico? A maioria dos alunos tem desempenho adequado ou abaixo do básico?
- Considerando o indicador socioeconômico de cada escola procure pelas escolas de mesmo contexto e compare os resultados de proficiência entre elas. Os

resultados de proficiência entre escolas semelhantes são distintos ou similares? O que justifica as diferenças (caso aconteçam)? De que forma a equipe da secretaria poderia apoiar cada escola para a melhoria dos seus resultados?

- Analise agora o indicador de formação docente da escola. Como ele ajuda a equipe da Secretaria na análise sobre o desempenho dos alunos? Quais decisões precisam ser tomadas diante destes dados?

Uma ferramenta capaz de facilitar o entendimento dos resultados da Prova Brasil é o portal Devolutivas Pedagógicas das Avaliações de Larga Escala, preparado pelo Inep.

Nesse site é possível:

- Encontrar resultados e dados da Prova Brasil por escola e por localidade.
- Saber qual é a distribuição dos alunos por níveis de proficiência.
- Comparar os resultados de determinada escola com a de outras instituições de ensino semelhantes, localizadas na mesma região, quanto ao con-

texto sócio econômico.

- Ter acesso a itens da Prova Brasil, acompanhados de comentários pedagógicos, que favorecem a identificação das habilidades que possivelmente ainda precisam ser trabalhadas.
- Conhecer a distribuição dos alunos por nível de proficiência.
- Conhecer a fundamentação teórica e metodológica da Teoria da Resposta ao Item.

Para saber mais

<http://devolutivas.inep.gov.br>

Reuniões da equipe da secretaria com os gestores das escolas

Após refletir sobre a situação das escolas da rede durante as reuniões internas, a equipe da secretaria deve compartilhar a análise dos resultados da Prova Brasil da rede com diretores e coordenadores pedagógicos de todas as unidades de ensino. Isso pode acontecer em reuniões gerais (no caso de redes pequenas) ou regionais (no caso de redes maiores). Para não potencializar o ranking entre as escolas é importante trabalhar nessas reuniões com os resultados da rede e não de cada escola. A análise de cada escola deverá ser realizada pela equipe da secretaria e pela unidade escolar.

Ao convocar os diretores e coordenadores pedagógicos para essas reuniões é importante que a equipe da secretaria procure:

- Informar local e data das reuniões a todos os gestores escolares e solicitar a confirmação da participação de todos.
- Elaborar uma pauta que tematize os resultados e aponte para um planejamento de ações para a rede.
- Compartilhar a pauta que será discutida durante aquele encontro.

O principal objetivo dessas reuniões é levantar informações sobre as variáveis nas escolas da rede que impactam a aprendizagem dos alunos, envolvendo assim toda a rede em relação aos resultados das avaliações externas. Vale ressaltar que, na maioria dos casos, são necessários vários encontros para que as questões sejam discutidas de forma ampla e profunda assegurando espaço para escuta dos gestores.

Durante a reunião experimente introduzir algumas perguntas para aprofundar a discussão e reflexão:

- Qual o percentual de participação dos alunos da rede nas avaliações?
- Todos estão participando? Se não, quais ações precisarão ser desenvolvidas para que todos participem?
- Há alguma forma de seleção prévia dos alunos, de modo que os alunos com dificuldade fiquem fora do processo?
- Qual é o percentual de alunos com desempenho adequado na rede? E alunos com desempenho abaixo do básico? O maior percentual de alunos fica no desempenho adequado ou abaixo do básico?
- Se considerarmos o indicador socioeconômico do município, o que precisaria ser melhor garantido aos alunos para assegurar o direito a aprendizagem de todos? De que forma a equipe da secretaria e as escolas poderiam apoiar os alunos na melhoria dos seus resultados?
- Em relação ao indicador de formação docente da escola: de que maneira a formação ou não do professor está impactando a aprendizagem dos alunos?
- Qual é o percentual de professores com a formação adequada à sua área de atuação?
- Quais ações a Secretaria poderia realizar para apoiar a formação desses professores?
- A política de formação continuada da rede já contempla ações específicas para esses professores? Se sim, quais? Até que ponto conseguem atender as reais necessidades dos professores?

Além de apresentar os resultados, é fundamental durante os encontros abrir espaço de escuta possibilitando assim que gestores escolares possam trocar experiências, trazer dúvidas e expor desafios. Isso vale tanto em pequenos grupos quanto no grupo ampliado.

Análise de resultados de uma rede na prática

Vamos agora visitar o município fictício de Bem-Te-Vi, que possui 82 mil habitantes, para entender como essa rede analisou os resultados obtidos na Prova Brasil.

A rede municipal possui as seguintes características:

- Seis escolas de Ensino Fundamental I e quatro escolas de Ensino Fundamental II
- 13.500 alunos na rede municipal de EF I e II
- 1.055 alunos de 5º ano
- 1.347 alunos de 9º ano



Os dados da série histórica da rede na Prova Brasil são:

Ano de aplicação	Alunos participantes				Porcentagem de alunos no nível adequado (avançado+proficiente)			
	5º ano		9º ano		Língua Portuguesa		Matemática	
	%	No.	%	No.	5º Ano	9º Ano	5º ano	9º ano
2009	81%	854	80%	1077	40% (341 alunos)	31% (333 alunos)	33% (283 alunos)	21% (226 alunos)
2011	74%	780	78%	1050	46% (359 alunos)	32% (336 alunos)	43% (335 alunos)	29% (304 alunos)
2013	92%	970	92%	1239	52% (504 alunos)	43% (533 alunos)	43% (417 alunos)	26% (322 alunos)

Ao analisar os resultados da rede com as equipes gestoras das escolas, o grupo chegou a algumas conclusões:

- Em 2013, embora 52% dos alunos do 5º ano estivessem com a proficiência adequada em Língua Portuguesa, 466 deles (ou 48%) apresentavam níveis insuficientes de aprendizagem nesta disciplina.
- Também em 2013 houve um avanço de 11% dos alunos do 9º ano abaixo dos 50%.
- Apenas 43% dos alunos do 9º ano (ou 533 deles) apresentaram proficiência adequada em Língua Portuguesa em 2013. Ou seja, 706 alunos ainda

estão com nível insuficiente de aprendizagem na disciplina.

- De cada 100 alunos do 9º ano, apenas 26 deles estão com proficiência adequada em Matemática.
- Ao longo dos anos avaliados não houve grandes avanços em relação à proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, já que os percentuais continuam abaixo dos 50%. Ou seja, nem metade dos alunos está no nível adequado de proficiência.

Para aprofundar o nível de análise e preparar-se para a realização de reuniões em cada escola, a equipe da secretaria detalhou os resultados das escolas em um quadro:

Dados das escolas		Alunos de 5º ano com nível adequado de aprendizagem (soma dos níveis 3 e 4 de proficiência)	
Escolas 5º ano/ total de alunos	Inse (Indicador Nível Socioeconômico)	Língua Portuguesa	Matemática
A/240	3,9 (baixo)	34% (82 alunos)	38% (91 alunos)
B/210	4,4 (médio baixo)	97% (203 alunos)	87% (183 alunos)
C/180	4,1 (médio baixo)	65% (117 alunos)	53% (95 alunos)
D/170	3,9 (baixo)	50% (85 alunos)	36% (61 alunos)
E/180	3,3 (baixo)	9% (16 alunos)	14% (25 alunos)
F/135	3,7 (baixo)	60% (81 alunos)	45% (61 alunos)

Dados das escolas		Alunos de 9º ano com nível adequado de aprendizagem (soma dos níveis 3 e 4 de proficiência)	
Escolas 9º ano/ total de alunos	Inse (Indicador Nível Socioeconômico)	Língua Portuguesa	Matemática
W/ 450	5,0 (médio)	55% (247 alunos)	35% (157 alunos)
Y/220	4,1 (médio baixo)	35% (77 alunos)	5% (11 alunos)
X/357	4,4 (médio baixo)	35% (125 alunos)	14% (50 alunos)
Z/320	3,9 (baixo)	43% (138 alunos)	26% (83 alunos)

A análise combinada dos dados presentes nos dois quadros fez com que a equipe da secretaria percebesse que:

- Há grandes diferenças entre os resultados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos de 5º ano entre as unidades da rede. Por exemplo: em relação à Língua Portuguesa, uma escola tem 9% de proficiência, enquanto outra possui um índice de 97%. Já em relação à Matemática, uma escola tem 14% em proficiência e outra possui 87%.
- Não existe diferença significativa em relação à proficiência em Língua Portuguesa dos alunos do 9º ano da rede. Entretanto, a proficiência média dessa série é inferior à obtida pelos estudantes do 5º ano.
- As escolas com menor rendimento em Língua Portuguesa no 5º ano também apresentam baixo desempenho em Matemática, mas o mesmo não acontece no 9º ano.
- A escola que obteve 43% de proficiência em Língua Portuguesa no 9º ano possui um índice baixo de Inse (3,9), com grande quantidade de alunos em condição social de carência. Por outro lado, há escolas com menor proficiência e Inse mais elevado (médio-baixo e médio). Isso aponta que nem sempre as unidades com estudantes que desfrutaram de melhores condições sociais e econômicas conquistaram os melhores resultados na Prova Brasil.
- De fato, a escola com pior desempenho no 5º ano tem o menor Inse (3,3). No entanto, há escolas com o mesmo Inse (3,9) que possuem proficiências distintas, como 34% e 50%.

A análise dos resultados e contextos das escolas contribuiu para que a equipe de gestores da secretaria identificasse as principais demandas da rede para serem compartilhadas com as equipes escolares:

- Como o desempenho dos alunos pouco avançou ao longo dos anos pode ser necessário rever a proposta pedagógica da rede. As equipes das escolas devem se mobilizar para rever os conteúdos, as expectativas de aprendizagem, as estratégias de ensino e os instrumentos de avaliação, entre outros aspectos.
- Há necessidade de avaliar e aprimorar a eficácia da formação dos professores da rede, com um olhar estratégico para os professores em Matemática já que os resultados mostraram baixos níveis de proficiência nessa área.
- Envolver todos os atores do processo educacional na análise dos dados, colocando em discussão a responsabilidade de todos pelos resultados e a definição de ações que favoreçam a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos da rede.
- É necessário também planejar ações que favoreçam o avanço dos alunos considerando a diversidade entre eles, ou seja, alavancando os que se encontram nos níveis “básico” e “insuficiente” e assegurando a continuidade dos alunos que já estão no “avançado” e no “proficiente”. No próximo capítulo veremos algumas possibilidades de ações nesse sentido.
- Deve-se buscar ampliar o percentual de participação dos alunos na Prova Brasil, para que a rede tenha um retrato real e completo da aprendizagem de seus alunos.

- Por fim, há a necessidade de planejar ações de acompanhamento específico para escola que favoreçam inovações e aprimoramento das práticas pedagógicas em toda a rede. E sobre isso também vamos falar no próximo capítulo.

É hora de ir a campo

Tão importante quanto sistematizar, analisar e planejar intervenções nas políticas educacionais com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos são as ações que a equipe técnica de secretaria pode definir para assegurar as condições, acompanhar e apoiar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas sempre em parceria com as equipes gestoras.

Além das reuniões formativas regulares com os gestores escolares na secretaria, vale pensar em um cronograma de visitas regulares de técnicos da secretaria às unidades. Isso vai permitir que os técnicos conheçam na prática os avanços e desafios de cada escola para alcançar as ações e metas definidas para a rede.

Para ampliar o sentido dessas idas à escola para além da uma visita e assegurar sua finalidade de acompanhamento e apoio, vamos chamá-las nesta publicação de “acompanhamento in loco”.

Para a organização desse acompanhamento in loco, recomenda-se que a equipe da secretaria:

- Elabore um roteiro de observação inicial, elegendo os principais pontos a serem observados nas escolas. É bom lembrar que esse roteiro pode ser elaborado posteriormente com a colaboração do diretor e do coordenador pedagógico da escola à medida que a dupla gestora se aproprie dessa estratégia de trabalho. O roteiro ajuda a tornar esse momento mais do que apenas uma reunião na sala do diretor. A ideia é que o técnico possa de fato acompanhar diferentes aspectos da rotina da escola (inclusive aulas, se necessário) para apoiar as ações pedagógicas do gestor escolar.
- Agende previamente a data da ida com as próprias escolas.
- Explique os objetivos e as etapas do trabalho aos

Note que as duas primeiras colunas a partir da esquerda trazem o roteiro prévio com foco nas ações de leitura em todas as escolas da rede. Já a terceira coluna é uma conclusão do que os técnicos observaram nas escolas a partir desse roteiro. Essas conclusões vão ajudar a equipe da secretaria e da escola a elaborar um plano de ação – e sobre ele vamos falar no próximo capítulo desta publicação.

gestores da escola, para reforçar o caráter formativo da ação.

- Peça que o diretor e o coordenador pedagógico acompanhem o técnico da secretaria durante o trabalho na escola.
- Solicite à escola, quando necessário, a seleção de documentos ou dados dos resultados das avaliações dos alunos para serem observados e analisados juntos com o diretor e coordenador pedagógico.
- Assegure que as ações de acompanhamento nas escolas não prejudiquem as atividades do cotidiano escolar.

O acompanhamento in loco das escolas pelos técnicos da secretaria é uma importante estratégia de aproximação entre a gestão da rede e a gestão da escola e pode potencializar a concretização e o aprimoramento das políticas educacionais. Por meio desse acompanhamento, os técnicos conseguem:

- Repensar as políticas educacionais da rede a partir das potencialidades e desafios vividos no dia-a-dia das escolas;
- Observar os espaços e as práticas escolares a fim de propor e apoiar melhorias nos mesmos;
- Aprofundar a parceria com os gestores escolares (diretor e coordenador pedagógico) ao colocar em discussão não somente os resultados das aprendizagens dos alunos mas também a definição de ações conjuntas para melhoria da escola.

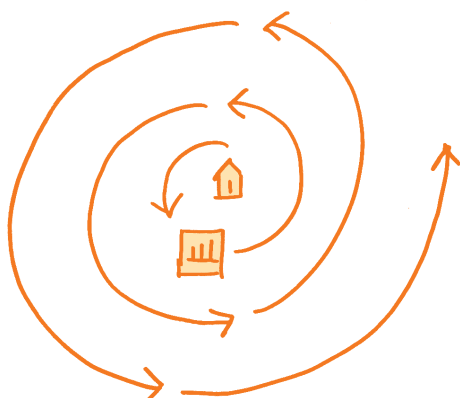
O acompanhamento na prática

Vamos voltar ao município fictício de Bem-Te-Vi. Ao final do trabalho de acompanhamento in loco em todas as escolas, os técnicos da secretaria elaboraram o seguinte quadro com os registros das observações realizadas:

Eixos	Aspectos a serem observados	Sistematização das observações
1 - Apoio ao desenvolvimento de práticas de leitura na escola	Como é a organização dos espaços destinados à leitura?	<p>Percebemos que há uma preocupação com o espaço e com as práticas de leitura nas escolas. Em uma escola, o pátio é utilizado para a exposição e oferta de livros (Leitura Ambulante)</p> <p>Outras práticas identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura em praças. - Empréstimo de livros para a leitura em casa. <p>Em algumas escolas, foram encontrados livros em caixas guardadas.</p> <p>Nas escolas que ficam na zona rural, observamos que existem livros em caixas, mas que são utilizados em sala de aula pelo professor.</p> <p>Quando em algumas escolas conversamos com estudantes, eles conseguiam nos mostrar livros do acervo que tinham lido na semana passada, e contar sobre as histórias. Em outras ao serem perguntados, diziam que não se lembravam, que fazia muito tempo que tinham utilizado o acervo. Importante checar a regularidade das práticas de fato.</p>
	Existem murais na escola e como são utilizados?	<p>Existem murais informativos nos pátios da maioria das escolas, mas na altura dos adultos. Os materiais escritos que encontramos, porém, são ofícios e avisos. Uma escola tinha registros referentes às datas comemorativas. Três escolas não tinham nenhuma espécie de mural no pátio.</p> <p>Nas salas de aula há cantinhos da novidade, cartazes com nomes de aniversariantes ou algumas informações diferenciadas.</p> <p>As produções dos alunos são, em geral, relacionadas às atividades realizadas por eles, após as leituras.</p> <p>Não há cartazes de títulos de livros lidos.</p> <p>Em algumas salas, há registros dos Algarismos e do alfabeto.</p> <p>Identificamos um problema em todas as escolas da rede que se refere à depredação dos materiais expostos nas salas. Os diretores precisam de apoio para buscar soluções para a preservação dos registros escritos expostos.</p> <p>Em nossas conversas com professores esses disseram não compreender a importância do uso dos materiais expostos na sala.</p>
2 - Práticas de leitura em sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> - Existe leitura diária pelo professor em todas as salas de aula? Se sim, qual sua qualidade? - Existe exposições de trabalho relacionados à leitura? Que registros há dessas atividades. - Como é socializado o acervo da sala? 	<p>É comum, na fala dos professores de Educação infantil - EI e no EF I a realização de situações de leitura. Essas situações são mais difíceis no EF II.</p> <p>As leituras ficam registradas na rotina da sala de aula.</p> <p>O acervo é socializado no planejamento da escola.</p> <p>Em parte das entradas de sala de aula se observa um bom planejamento por parte do professor, com diversas estratégias e envolvimento de todos os alunos nas atividades. Mas em outra parte observamos ainda muitas fragilidades em planejamento, estratégias de ensino e gestão de sala de aula. Dentro de cada escola se pode observar essa variação.</p> <p>Apesar das diretrizes sobre o trabalho com a leitura na escola, a equipe gestora não faz um acompanhamento e não se sabe se as leituras acontecem com regularidade.</p> <p>A Educação Infantil é muito carente de acervo literário. Existe uma parceria com as escolas de EF que possuem acervo mais estruturado.</p>
3 - Espaços de Leitura	A escola possui biblioteca ou sala de leitura? O espaço está bem organizado para receber os alunos? Dispõe de um bom acervo de livros?	<p>Há escolas que têm biblioteca. Geralmente, são espaços utilizados para a prática de pesquisa. Existem também livros literários expostos.</p> <p>Nas escolas que não possuem biblioteca, os livros são dispostos em estantes que ficam na sala do diretor.</p> <p>Na zona rural, as escolas têm salas de leitura. Os acervos não são organizados por faixa etária e existem muitos livros didáticos.</p> <p>Há uma cultura na rede em destinar um espaço da escola para a leitura, mas devido a demanda de matrículas o espaço retorna a ser sala de aula.</p> <p>Os acervos disponibilizados pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) são os mais encontrados nas escolas.</p>

Eixos	Aspectos a serem observados	Sistematização das observações
4 - Participação da comunidade nas ações de leitura desenvolvidas na escola	Quais as ações de leitura desenvolvidas na escola que contam com o apoio ou participação da comunidade? Descreva o tipo de participação dos pais. Qual é a regularidade das ações de leitura ou projeto (s) realizado (s) nas escolas?	<i>Observamos que a participação dos pais em relação às ações de leitura aconteceu em um projeto ligado à data comemorativa, ou seja, uma ação pontual na escola. Em uma escola foi desenvolvido um projeto que convocou os pais para assistirem uma apresentação dos alunos de uma história que passou a ser conhecida pelas famílias. Existem projetos destinados à mobilização das famílias para Feiras do Conhecimento, geralmente relacionadas às disciplinas. Há uma ausência de projetos de leitura.</i>
	Existe leitura na reunião de pais?	<i>Percebemos que em algumas escolas a leitura é realizada somente com textos de auto-ajuda. As reuniões com os pais têm a duração de 30 a 45 minutos, o que nem sempre garante momentos de leitura que possam aproximá-los de situações de leitura e ampliar o repertório literário e cultural.</i>

O levantamento focado na leitura que vimos anteriormente ajuda a visualizar os aspectos positivos e também os pontos que precisam ser melhorados quanto ao espaço, materiais e seus usos nas escolas da rede. Entretanto, esse levantamento pode ser utilizado para outros temas que a equipe da secretaria considere relevantes dentro da unidade e que podem ser levantados a partir da análise dos resultados das avaliações. No exemplo da escola acima, optou-se pela leitura com base na análise dos resultados de proficiência de Língua Portuguesa da Prova Brasil e também no levantamento pela equipe da secretaria das condições de ensino que precisam ser asseguradas para os alunos desenvolverem as competências de acordo com os descritores da Prova Brasil.



A importância da avaliação institucional

Tal processo de levantamento dos contextos das escolas, da análise das condições oferecidas para a realização das atividades naquele espaço para o cumprimento da sua função social – aprendizagem dos alunos –, é chamado de avaliação institucional.

A avaliação institucional, pode implicar na participação coletiva dos atores educacionais e da comunidade, demonstrando o compromisso da escola com o seu projeto e com as decisões sobre seus rumos. Mais: está a serviço da melhoria contínua da escola para o progresso dos alunos durante a escolarização, o que inclui demandar do poder público as condições necessárias para o funcionamento da escola e assim assegurar a aprendizagem dos alunos. Por isso, trata-se de um processo que exige um constante autoquestionamento, que pode ser fomentado por meio de algumas perguntas envolvendo diferentes dimensões.

Por exemplo, a escola pode decidir avaliar institucionalmente como vem assegurando as condições para a aprendizagem de todos os alunos e o atendimento daqueles alunos com alguma defasagem de aprendizagem. Para isso, precisará responder a algumas questões, tais como:

- No dia-a-dia, os professores dão atenção individual àqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem?
- A escola oferece oportunidades especiais para alunos que têm dificuldades de aprendizagem (como lições extras, grupos de reforço, solicitação de professores externos para realização de debates ou aulas extras, mobilização de voluntários para apoio, exames de recuperação, etc.)?
- Caso atividades como estas sejam oferecidas, elas conseguem fazer com que os alunos melhorem seu nível de aprendizagem?
- A escola faz algum tipo de agrupamento especial para atender adequadamente alunos com alguma defasagem, como classes de aceleração?
- Caso haja algum tipo de agrupamento especial, pode-se afirmar que, de fato, nessas turmas os alunos têm melhores condições de aprendizagem (atendimento mais individualizado, metodologias alternativas etc.)?
- A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que são reprovados a cada ano?
- A comunidade escolar sabe quais são as disciplinas que mais reprovam e isso recebe atenção especial da direção e dos professores?
- A comunidade escolar busca compreender as causas das reprovações?
- Estas informações poderão ajudar os gestores a estabelecerem relações entre os resultados de proficiência dos alunos e a avaliação institucional, ou seja, das condições asseguradas institucionalmente para que os alunos aprendam.

Para saber mais

http://fundacao-ita-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/avaliacao_e_aprendizagem.pdf. Consultar páginas 20 e 21.

As redes de ensino podem optar por diferentes mecanismos de organização de um processo de avaliação institucional, considerando os princípios da gestão, a estrutura, o funcionamento da rede e as relações com as unidades escolares. No entanto, algumas variáveis são estruturantes: as relações pedagógicas, as práticas escolares cotidianas, a organização curricular, as relações entre e com os professores, o papel do aluno, o uso dos recursos e tecnologias, além dos resultados alcançados.

A seguir apresentamos alguns itens que podem nortear essa avaliação, de acordo com a metodologia do Indique - **Indicadores da Qualidade na Educação**, elaborado pela organização não-governamental Ação Educativa, pelo Ministério da Educação (MEC), pela Fundação Orsa, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime):

- **Ambiente educativo.** Aborda, entre outros pontos, as condições gerais da escola, como é o clima dentro da escola, como a escola lida com a questão da disciplina.
- **Prática pedagógica e avaliação.** Como a escola organiza o planejamento e monitora suas avaliações?
- **Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.** Avalia, por exemplo, se escola trabalha com diferentes tipos de texto e possui projetos de leitura.
- **Gestão escolar democrática.** “A escola possui conselho atuante?” e “A comunidade participa da gestão da escola?” são alguns dos itens a serem investigados.
- **Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola.**
- **Ambiente físico-escolar.**
- **Acesso e permanência dos alunos na escola.**

Para saber mais

Educação Infantil: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

Ensino Fundamental: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf

Entrevista: “Falta formação continuada e também diálogo entre o gestor público e a escola para que o uso pedagógico dessas avaliações aconteça de fato”

O sociólogo paulista Nelson Gimenes é pesquisador da Fundação Carlos Chagas e também professor do mestrado profissional de formação de formadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 2012, ele coordenou, juntamente com Vandrê Gomes da Silva, a pesquisa “Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público”, realizada pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Itaú Social. A seguir, o especialista fala sobre suas impressões acerca do uso pedagógico dos resultados das avaliações externas e internas pelas redes.

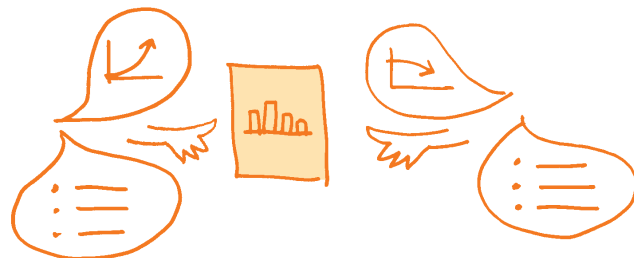
COMO FOI FEITA A PESQUISA “USO DA AVALIAÇÃO EXTERNA POR EQUIPES GESTORAS E PROFISSIONAIS DOCENTES: UM ESTUDO EM QUATRO REDES DE ENSINO PÚBLICO”?

GIMENES – A pesquisa aconteceu nas redes do Espírito Santo e das cidades de São Paulo, Castro (PR) e Sorocaba (SP). Ao todo visitamos 16 escolas. Escolhemos esses lugares para avaliar como sistemas de tamanhos e abordagens diferentes se apropriavam do uso das avaliações externas. O município de Castro possui uma rede pequena, mas conta com sistema próprio de avaliação. Já o estado do Espírito Santo é uma rede de porte médio que também conta com o próprio sistema de avaliação. A rede da cidade de São Paulo foi selecionada pela extensão e complexidade. E, por fim, fomos a Sorocaba porque trata-se de um município que apesar de não possuir um sistema próprio de avaliação, desenvolveu a própria política de avaliação ao sistematizar os dados

do Sistema de Avaliação da Rede do Estado de São Paulo (Saresp) e da Prova Brasil. Durante a pesquisa, trabalhamos em duas dimensões. Em uma delas, analisamos o uso das avaliações externas pela secretaria e pelos órgãos intermediários de gestão. Em outra, investigamos o uso feito pelas escolas.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

GIMENES – Primeiro que existem diversas interpretações dos resultados das avaliações externas por parte dos atores educacionais. Quando falamos em atores estamos nos referindo, por exemplo, às secretarias de educação, aos gestores de escola e aos professores. Para se ter ideia uma das escolas visitadas se apropriou da escala de proficiência em Matemática e Língua Portuguesa (avançado, básico e abaixo do básico) para também avaliar o comportamento dos alunos. A escola vai se apropriando dessa estrutura e pode gerar equívocos do ponto de vista pedagógico, como o que acabei de citar. Outra conclusão é que há lacunas nas políticas de formação inicial e continuada para fazer o uso pedagógico dessas avaliações e também poucas discussões entre secretaria e escolas em relação aos resultados.



QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS ENTRAVES PARA QUE AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, OS GESTORES DE ESCOLA E OS PROFESSORES POSSAM TIRAR PROVEITO PEDAGÓGICO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS?

GIMENES – Para começar, muitos dos cursos de Pedagogia e licenciatura, como Letras e Matemática, que formam os professores para o Ensino Fundamental e Médio, pouco falam e discutem sobre as diferentes dimensões de avaliação. Ou seja, muitos professores saem da faculdade sem nada sistematizado nesse sentido. Em 2008 fizemos uma pesquisa (“Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos”²) em parceria com a Fundação Victor Civita para analisar currículos de cursos de Pedagogia e licenciatura em Letras, Matemática e Ciências Biológicas. Descobrimos que em apenas 2% deles se falava de avaliação. Em relação às avaliações externas, percebemos durante a pesquisa que o órgão gestor (como as secretarias de educação) e as escolas se apropriam delas de forma particular. Isso porque faltam orientações claras a respeito de como uma escola ou secretaria poderia utilizar melhor essas avaliações. O sistema de avaliações externas se iniciou com mais força no Brasil nos anos 1990, sem a pretensão de trazer resultados específicos de cada escola, mas sim revelar dados mais amplos acerca das políticas de educação pública implementadas pelas secretarias estaduais e pelo Governo Federal. Entretanto, em 2005, surgiu a Prova Brasil com caráter censitário. Ou seja, todas as escolas públicas com o 5º e 9º anos passaram a ser obrigadas a participar da avaliação e também a contar com o resultado particular. Agora, o Governo Federal e as secretarias estaduais querem que as escolas se apropriem e façam uso desses dados, mas há pouca orientação sobre como efetivamente utilizar os resultados dentro do âmbito escolar, embora notamos cada vez mais esforços na criação de mecanismos para a melhor apropriação das informações obtidas nestas avaliações. Por exemplo, o Inep acaba de lançar uma plataforma online chamada de Devolutivas Pedagógicas que traz informações valiosas para as escolas.

ENTÃO FALTA INFORMAÇÃO?

GIMENES – Mais que isso: *falta formação. A informação até existe, mas a grande dificuldade é saber se apropriar e trabalhar com esses dados de diferentes maneiras.* Inclusive, em muitos casos, isso exige uma formação específica para analisar tabelas e gráficos, por exemplo. Vamos supor que a média da minha escola seja 5.6. O que isso significa de fato? Quais outros dados, além do resultado na Prova Brasil, podem ajudar a explicar aquela nota?

Quando falo que existe informação me refiro ao fato de algumas redes reunirem os professores em um ginásio esportivo para ouvir uma palestra de duas horas de algum especialista como se isso fosse capaz de orientá-los a fazer uso mais sistemático das avaliações. O ideal é oferecer uma formação de longo prazo e caráter prático. Não adianta só passar teoria ou então tirar apenas um dia para avaliar esse assunto. A questão das avaliações precisa estar inserida no cotidiano da escola como um todo, precisa estar articulada a outros programas e projetos da rede.

COMO INSTITUIR NAS REDES E NAS ESCOLAS UMA CULTURA DE INTERPRETAÇÃO PEDAGÓGICA DOS RESULTADOS?

GIMENES – Como disse, é preciso investir na formação dos recursos humanos, tanto da equipe da secretaria, quanto da escola. E, a meu ver, o profissional chave para im-

O ideal é oferecer uma formação de longo prazo e caráter prático. Não adianta só passar teoria ou então tirar apenas um dia para avaliar esse assunto. A questão das avaliações precisa estar inserida no cotidiano da escola como um todo, precisa estar articulada a outros programas e projetos da rede

2 <http://www.fvc.org.br/pdf/Formacao%20de%20Professores%20no%20Brasil.pdf>

O profissional chave para implementar de fato a política de formação em avaliação dentro da escola é o coordenador pedagógico

plementar de fato a política de formação em avaliação dentro da escola é o coordenador pedagógico. Durante a pesquisa percebemos que as escolas com maior domínio em avaliação tinham um coordenador pedagógico sintonizado com essa temática, que sempre colocava o assunto em pauta durante as reuniões com os professores. Além disso, capacitar o coordenador pedagógico pode ser uma boa estratégia para redes maiores, que possuem uma grande quantidade de professores. No caso, é mais fácil formar os coordenadores pedagógicos, que são em menor número.

DE QUE FORMA ESSAS AVALIAÇÕES PODEM AUXILIAR E QUALIFICAR O TRABALHO PEDAGÓGICO REALIZADO?

GIMENES – *A primeira coisa é saber que as avaliações externas não anulam a importância das avaliações preparadas e aplicadas pelo professor em sala de aula. Elas são complementares e precisam ser vistas de forma articulada. Outra questão é que os resultados das avaliações externas são um dos componentes que ajudam na hora de fazer uma avaliação mais ampla. Ou seja, é preciso articular esse resultado com outros dados, como o nível de distorção idade/série e as condições de trabalho dos professores, para se chegar a uma análise mais ampla e consistente da escola e da rede. Para deixar mais claro, gosto de usar o seguinte exemplo: o termômetro é a medida para que eu possa avaliar se uma criança está com febre. A partir da informação de que essa criança está com temperatura corporal de 38 graus vou tomar uma decisão para combater aquele quadro febril. Nesse sentido as avaliações de desempenho são o termômetro para que a escola e a rede pensem em ações educacionais amplas e efetivas.*

Para saber mais

http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivosstaticos/FIS/pdf/pesquisa_fis_fcc.pdf

Para concluir

- A secretaria de educação deve analisar a situação da rede levando em conta os resultados das escolas nas avaliações externas e internas.
- Analisar os resultados das avaliações ajuda a gestão pública e as escolas a identificarem oportunidades e tomarem decisões para a melhoria das condições de ensino.
- Reuniões entre a equipe da secretaria e também entre essa equipe e as equipes gestoras das escolas e nas escolas são fundamentais para compreender os resultados e planejar intervenções na rede e em cada escola.
- Nessa análise, secretaria e escolas precisam, além de discutir a matriz de referência das avaliações externas, repensar e construir uma proposta curricular que defina o que se pretende ensinar na rede, além do que está sendo aferido pela avaliação externa.
- Deve-se também avaliar todas as variáveis envolvidas na gestão educacional daquela rede de ensino. É hora de lançar mão, por exemplo, de diferentes indicadores sociais e educacionais para compreender melhor os resultados.
- Os resultados das avaliações externas nunca devem ser utilizados para promover um “ranqueamento” discriminatório ou gerar competição entre as escolas da rede. Cada unidade tem seu contexto e desafios que devem ser levados em conta pela secretaria.
- Observar in loco as escolas permite que os técnicos da secretaria possam pensar de maneira mais embasada em estratégias de intervenção na escola e na rede.
- Compreender que, à medida em que a secretaria conheça os avanços e desafios de cada escola e acompanhe o dia a dia de cada uma delas, os resultados das avaliações externas vão deixar de ser um elemento surpresa, totalmente externo à rede, para se transformar em uma variável capaz de contribuir para a qualificação dos processos internos nas escolas e rede.

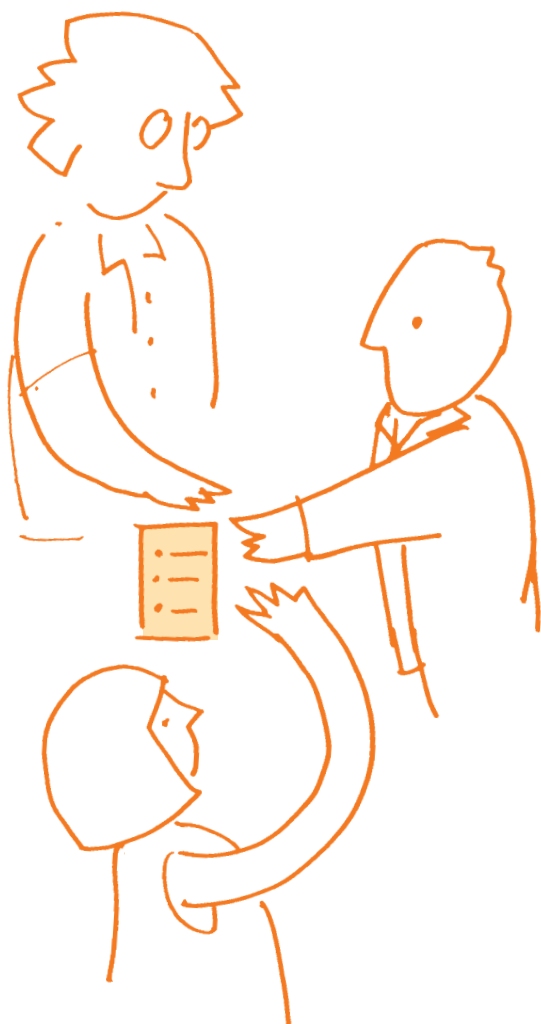
3

Como elaborar um plano de ação?

Como vimos no capítulo anterior, o trabalho para a melhoria da aprendizagem dos alunos começa pela análise e entendimento por parte da equipe gestora da secretaria sobre os resultados das avaliações externas e internas em uma rede. Na sequência, essa compreensão é compartilhada com as escolas, buscando gerar assim um círculo virtuoso de informação e formação na rede.

Agora, vamos mostrar como a equipe da secretaria pode colocar a mão na massa e elaborar não apenas o próprio plano de ação, como também incentivar os gestores das escolas a fazerem o mesmo. É bom lembrar que os dados para compor o plano de ação vêm das reuniões entre os integrantes da equipe da secretaria e também entre os gestores da rede e das escolas, citadas no capítulo anterior. Outra fonte de informação provém do acompanhamento in loco dos técnicos das secretarias às unidades de ensino, sobre as quais também já falamos.

O plano de ação é, portanto, um desdobramento desse trabalho de discussão e observação detalhada no capítulo anterior. Trata-se de uma ferramenta muito importante na organização da secretaria e das escolas por deixar claro quais são as responsabilidades de cada um dos atores da rede em relação a itens como aprendizagem, proposta curricular e formação dos professores. Sem contar que o plano de ação também ajuda a definir metas de curto, médio e longo prazos.

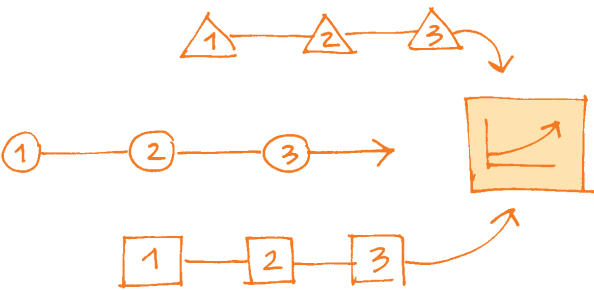


O plano de ação na prática

Vamos então retornar ao município de Bem-Te-Vi para conhecer dois planos de ação organizados pela equipe da secretaria daquela localidade – um deles acompanha de forma geral todas as escolas da rede (quadro 1) e o segundo define estratégias para melhorar a leitura nas escolas (quadro 2). Um terceiro plano de ação (quadro 3), focado no ensino da Matemática, foi construído pelo diretor e pelo coordenador pedagógico de uma das escolas da rede.

Eles podem servir de exemplo na hora da equipe da secretaria do seu município elaborar o próprio plano de ação. Mas, atenção: o plano de ação deve ser utilizado a partir da análise dos resultados e do contexto de cada rede. Vale também lembrar que nem sempre é possível tratar todos os desafios da rede por meio de um único plano de ação.

É importante definir as prioridades de sua rede e assim criar seu próprio plano de ação



Quadro 1

Meta de curto prazo	Responsáveis	Outros atores envolvidos	Recursos necessários	Prazos para equipe	Resultados esperados/ Avaliação
Organizar a equipe da secretaria para acompanhar as escolas da rede. Estratégias: <ul style="list-style-type: none">• Realizar reuniões com as equipes gestoras de cada escola para analisar os resultados das avaliações;• Planejar reuniões com professores de todos ciclos do Ensino Fundamental;• Orientar diretores e coordenadores a envolverem, em reuniões planejadas, toda a comunidade escolar no desafio de melhorar a qualidade da aprendizagem.	Técnico ou responsável pela parte pedagógica da secretaria.	Equipes gestoras das escolas.	<ul style="list-style-type: none">• Cronograma de reuniões;• Resultados das avaliações da rede e das escolas;• Datashow;• Sala adequada para reunião;• Textos de estudo.	Dois meses (reuniões em todas as escolas).	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a compreensão sobre os resultados das avaliações externas;• Discutir o papel de todos pela aprendizagem dos alunos ao longo da escolaridade e não só dos professores dos anos avaliados na Prova Brasil.
Acompanhar as reuniões das equipes gestoras das escolas com os professores.	Técnico ou responsável pela parte pedagógica da secretaria.	Equipes gestoras das escolas e professores.	<ul style="list-style-type: none">• Cronograma de reuniões;• Resultados das avaliações da rede e das escolas;• Datashow;• Sala adequada para reunião;• Textos de estudo.	De acordo com o cronograma de reuniões de cada escola.	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a compreensão sobre os resultados das avaliações e suas relações com as práticas em sala de aula.• Foco no planejamento de novas práticas e intervenções.

Meta de curto prazo	Responsáveis	Outros atores envolvidos	Recursos necessários	Prazos para equipe	Resultados esperados/ Avaliação
Apoiar e realizar a formação dos coordenadores pedagógicos para o planejamento e acompanhamento do trabalho dos professores nas escolas.	Técnico ou responsável pela parte pedagógica da secretaria.	Equipes gestoras das escolas e professores.	<ul style="list-style-type: none"> • Cronograma de reuniões; • Plano de formação para os coordenadores da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar em dois meses. • Desenvolver o ano todo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a atuação pedagógica do coordenador da escola a partir de práticas de observação de sala de aula e da sua formação. • Coordenadores Pedagógicos devem realizar reuniões formativas individuais e coletivas com os professores nas escolas.
Reorganizar a equipe da secretaria para favorecer o acompanhamento regular e in loco de todas as escolas.	Secretário ou coordenador pedagógico da rede responsável pelo acompanhamento da equipe da secretaria.	Equipe técnica de secretaria.	<ul style="list-style-type: none"> • Organograma da secretaria; • Cronograma de reuniões; • Cronograma de acompanhamento das escolas 	Um mês.	Qualificar a atuação da equipe de secretaria para o acompanhamento regular das escolas.
Realizar reuniões com o gestor escolar e coordenadores pedagógicos para discutir a proposta curricular da rede e os projetos políticos pedagógicos das escolas	Técnico ou responsável pela parte pedagógica da secretaria.	Equipes gestoras das escolas.	<ul style="list-style-type: none"> • Cronograma de reuniões; • Proposta curricular da rede; • Plano Político Pedagógico das escolas • Datashow; • Sala adequada para reunião; • Textos de estudo. 	Mensal.	Revisão dos documentos norteadores do trabalho da rede e das escolas para ajustar ações às demandas de ensino e de aprendizagem diagnosticadas.
Proporcionar condições para que as escolas implantem turmas de apoio aos alunos que encontram dificuldades de aprendizagem em leitura no 4º e 5º ano e no 8º e 9º ano	Técnico ou responsável pela parte pedagógica da secretaria.	Equipes gestoras das escolas, professores.	<ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula; • Professores; • Materiais pedagógicos; • Cronograma de aulas; • Reuniões com professores, alunos e pais. 	Levantamento dos alunos que participarão em um mês e implementação em dois meses.	Apoiar os alunos que se encontram dificuldade em leitura.

Meta de curto prazo	Responsáveis	Outros atores envolvidos	Recursos necessários	Prazos para equipe	Resultados esperados/ Avaliação
Investir na formação continuada de todos os professores, prioritariamente os docentes de Matemática do Ensino Fundamental II, considerando que os resultados mais críticos se encontram neste segmento.	Técnico ou responsável pela parte pedagógica da secretaria; técnico responsável pelo administrativo/ financeiro da secretaria.	Equipes gestoras das escolas, professores.	<ul style="list-style-type: none"> Plano de formação em contexto de trabalho adequado às demandas de aprendizagem dos professores; Parceria com universidades ou instituições de formação; Plataformas de formação à distância. 	Um mês para planejamento e implementação ao longo de todo o ano	Qualificar a atuação dos professores em sala de aula.

Veja a seguir como ficou o plano de ação elaborado a partir dos resultados dos descritores de Leitura do pela equipe da secretaria de Bem-Te-Vi para toda a rede a partir dos resultados dos descritores de Leitura na Prova Brasil:

Quadro 2

Ação	Encaminhamento	Responsável	Prazo	Recursos/ materiais	Resultados esperados/ Avaliação
Ampliação do acervo de livros de todas as escolas	Estudo do orçamento da Secretaria de educação ou prefeitura para compra de acervos de livros.	Departamento Administrativo/ Financeiro da Prefeitura.	Um mês.	Consulta às planilhas de orçamento e previsões de financiamento.	Acervo adequado e em quantidade suficiente para o atendimento da demanda de todas as escolas da rede.
	Levantamento quantitativo dos acervos existentes para definição da compra.	Diretor e coordenador pedagógico das escolas.	Um mês.	Planilhas do acervo das escolas.	
	Identificar os programas de doação de livros disponíveis pelo governo federal, estadual ou instituições privadas.	Departamento Pedagógico da secretaria – equipe responsável pelos programas.	Um mês.	Internet.	
	Definição de títulos de livros para a compra e pesquisa de preço/ orçamento.	Departamento Pedagógico da secretaria; consulta aos professores e coordenadores pedagógicos.	Dois meses	Internet, catálogos de editoras.	

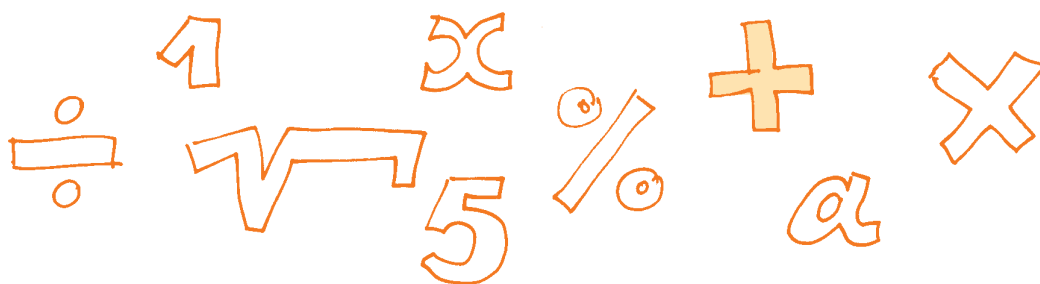
Ação	Encaminhamento	Responsável	Prazo	Recursos/materiais	Resultados esperados/Avaliação
Organização de espaços de leitura nas escolas	Realizar reuniões com as equipes gestoras para definir espaços de leitura nas escolas.	Departamento Pedagógico da secretaria.	Consultar cronograma de formação.	<ul style="list-style-type: none"> Sala de reunião; Equipamentos; Materiais para formação. 	Salas de leitura e bibliotecas (ou espaços com essa finalidade). disponíveis em todas as escolas da rede e em uso pelos alunos e professores.
	Melhorar os espaços já existentes e promover o uso organizado e efetivo com os alunos (cronograma).	Departamento Pedagógico da secretaria.	Consultar cronograma de formação de educadores e equipe de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> Sala de reunião; Equipamentos; Materiais para formação. 	Salas de aula, espaços de uso coletivo nas escolas em condições para o uso pedagógico.
Ampliar a participação da comunidade nas práticas de leitura.	Elaborar projetos institucionais de leitura com envolvimento dos familiares e comunidade escolar.	Departamento Pedagógico da secretaria.	Dois meses.	Busca e consulta a projetos existentes.	Alcançar 75% dos pais nas ações de leitura realizadas pela escola.
	Mobilizar e acompanhar as escolas para a realização dos projetos.	Departamento Pedagógico da secretaria.	Consultar cronograma de formação.	Sala de reunião; equipamentos; materiais para formação.	
	Buscar parcerias com outras secretarias, instituições e comunidade para a execução do projeto.	Departamento Pedagógico da secretaria.	Permanente.	Transporte, internet.	
	Promover ações de leitura na reunião de pais.	Departamento Pedagógico da secretaria.	Consultar calendário letivo.	Livros literários.	
Estudo e planejamento das reuniões de formação.	<ul style="list-style-type: none"> Formação das equipes escolares (diretores, coordenadores, professores) com foco em leitura. Apoiar o diretor e o coordenador na realização de reuniões formativas com toda a equipe escolar, incluindo funcionários de apoio. 	Departamento Pedagógico e coordenadores pedagógicos das escolas.	Consultar cronograma de formação.	Sala de reunião, equipamentos, materiais para formação.	Equipes escolares capacitadas para o planejamento e execução de ações de leitura nas escolas.

Agora, acompanhe um plano de ação elaborado pelos gestores escolares de uma das instituições que

integram a rede do município de Bem-Te-Vi para melhorar o ensino da Matemática naquela unidade:

Quadro 3

Ação	Encaminhamentos e materiais necessários	Responsável	Profissionais envolvidos	Prazo para realização	Resultados esperados/ Avaliação
Sistematizar os dados de aprendizagem dos alunos da escola relacionados aos resultados de Matemática na Prova Brasil e também nas avaliações de sala de aula.	<ul style="list-style-type: none"> Retomar os dados da análise de rendimentos dos períodos do ano letivo. Recorrer à Plataforma Devolutivas do Inep para verificar os dados da escola referentes à Prova Brasil de Matemática. Pelo menos a cada bimestre solicitar dados sistematizados aos coordenadores das escolas sobre as avaliações de sala de aula. Ou então articular com a escola uma avaliação diagnóstica dos alunos. 	Diretor e coordenador pedagógico da escola.	Diretor, coordenador pedagógico e professores.	Um mês.	<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar dados relacionados aos rendimentos em Matemática. Dupla gestora da escola deve agendar reunião com os professores
Reunião da equipe gestora da escola (coordenador pedagógico e diretor) sobre os resultados e ensino de Matemática na escola.	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar o levantamento dos dados de Matemática da escola pela Prova Brasil e pelos resultados das avaliações de sala de aula. Discutir sobre o que os alunos ainda não aprenderam e, no caso de resultados muito distintos entre as avaliações externas e de sala de aula, pensar nesta diferença e na necessidade de rever a Proposta Curricular em relação aos conteúdos e formas de ensinar. Perguntas para direcionar a análise: Quais alunos apresentam nível abaixo das expectativas? Quais são as principais dificuldades? Quais anos apresentam maiores ou menores dificuldades? Quais as diferenças e semelhanças entre os resultados das turmas nas avaliações externas e nas avaliações de sala de aula? Por que há diferenças de desempenho dos alunos? Diante disso o que precisa ser discutido com os professores? 	Diretor.	Diretor e coordenador pedagógico.	Dois meses.	Realizar a reunião; sistematizar e analisar dados.



Ação	Encaminhamentos e materiais necessários	Responsável	Profissionais envolvidos	Prazo para realização	Resultados esperados/ Avaliação
Planejamento de ações cotidianas na rotina escolar capaz de ampliar o conhecimento dos alunos em Matemática.	Considerando a aprendizagem a ser apropriada pelos alunos em Matemática, propor a discussão de possíveis encaminhamentos na rotina diária dos alunos para melhoria destas competências. Seguem alguns exemplos: • Propor a organização de um trabalho sistemático (semanal) com jogos que auxiliem na resolução de problemas e na construção de repertório de cálculos. 1. Realizar projetos envolvendo a Matemática no cotidiano dos alunos. 2. Promover uma olimpíada de matemática semestral com os alunos para trabalhar as quatro operações. 3. Utilizar a estrutura dos programas existentes, como o Mais Educação, para apoiar a aprendizagem de Matemática, ou organizar na escola grupo de apoio aos alunos com mais dificuldades. 4. Os Alunos de 6º ao 9º ano podem elaborar jogos e doar para os estudantes de 1º ao 5º ano. 5. Promover a tutoria de alunos do EF II para os alunos com dificuldades do EF I. 6. Diariamente os alunos levam na lição de casa um desafio matemático para resolução.	Diretor e coordenador pedagógico.	Todos os funcionários da escola.	Até dois meses.	Realizar ação proposta.
Participar da reunião de dupla gestora na secretaria municipal de educação.	• Verificar com os técnicos da secretaria a data, horário e o local da reunião. • Sistematizar as informações já obtidas sobre a escola para socializá-las na reunião.	Diretor e coordenador pedagógico.	Técnicos da secretaria, diretor e coordenador pedagógico.	Quinzenal.	Articulação entre o trabalho realizado na escola com outras escolas da rede.
Compartilhar com os professores os encaminhamentos discutidos na reunião com a secretaria; ajustar e planejar as ações da escola.	Planejar as reuniões com a equipe da escola a partir das discussões e diretrizes da reunião com a equipe da secretaria, por exemplo: 1. Construir um instrumento sistemático de acompanhamento das aprendizagens dos alunos em Matemática a partir dos descritores da Prova Brasil e outros que os professores julgarem necessários considerando a Proposta Curricular da Escola/Rede; 2. Organizar as aulas de apoio aos alunos com mais dificuldades em conhecimentos básicos da Matemática. Duas vezes por semana os professores poderão reorganizar as turmas para aulas diversificadas e ajustadas às necessidades de aprendizagem dos alunos. 3. Planejar ações de observação de aulas. 4. Organizar reuniões sistemáticas de estudos sobre conteúdos que os professores têm mais dificuldade de ensinar.	Diretor e coordenador pedagógico.	Diretor, coordenador pedagógico e professores.	Reuniões de formação nas escolas (semanal).	Melhorar o tratamento de conteúdo por parte dos professores.

Acompanhe as ações

Com o plano de ação definido, a equipe da gestão educacional precisa agora monitorar a realização das medidas previstas nele. Veja o que pode ser feito nesse sentido:

A) Acompanhamento in loco das escolas

Quando os técnicos da secretaria conhecem o cotidiano das escolas fica mais fácil criar uma relação mais próxima com os profissionais que ali trabalham, não apenas com o propósito de construir vínculos afetivos, mas também para contribuir de fato com o cotidiano escolar e com os profissionais que ali trabalham.

Às vezes, um olhar externo pode ajudar a levantar questões que passam despercebidas por quem vive o dia-a-dia da escola

Sabemos que muitas equipes de secretarias já têm a prática de visitar as escolas. Entretanto, é importante refletir sobre a maneira de como essas visitas vêm acontecendo: elas são feitas de surpresa, sem planejamento e desdobramento? Ficam restritas a “reuniões de gabinete”, só na sala do diretor? Se a resposta for sim, talvez esteja na hora de reformular essa ação dentro da secretaria. E para aquelas equipes que ainda não visitam as escolas da rede, sugere-se refletir sobre a importância de incorporar essa prática à rotina da secretaria.

O acompanhamento in loco potencializa a observação e o diagnóstico mais assertivo das necessidades das escolas com a meta de melhorar o nível de aprendizagem dos alunos

Isso porque a ação de acompanhamento in loco é uma importante ferramenta de observação dos diferentes aspectos da escola. Ela favorece a construção e a ampliação do diálogo da secretaria de educação com as escolas e também entre as escolas de uma mesma rede de ensino. Tal prática permite ir a campo com uma intencionalidade que longe de ter um caráter fiscalizador, busca a aproximação, o conhecimento e a compreensão da realidade vivida pelas escolas. É uma ação planejada, sistemática, agendada previamente e orientada pela busca de aspectos específicos a serem observados, que devem ser compartilhados com os gestores da escola (diretor e coordenador pedagógico).

A frequência das ações de acompanhamento vai depender da organização e da disponibilidade da equipe da secretaria. É importante criar um cronograma de visita que contemple todas as escolas da rede com certa regularidade, pois esta constância costuma conferir qualidade ao trabalho e também transforma a concepção de algumas escolas em relação à visita: de ação fiscalizadora ela passa a ser entendida como apoio pedagógico. Nesse sentido, algumas secretarias estabelecem o roteiro de acordo com as demandas de cada unidade: por exemplo, a escola X precisa de mais apoio e deve ser acompanhada quinzenalmente, enquanto as escolas Y e Z podem ser visitadas mensalmente.

O cronograma deve ser compartilhado com as escolas para que elas se organizem, pois é essencial que a equipe gestora da escola possa receber a equipe da secretaria. Em alguns momentos até mesmo os professores e demais funcionários podem ser convidados a participar desses encontros. De qualquer forma, as visitas precisam prever algumas interações, mesmo que individuais e mais breves, com alguns professores e estudantes, que sempre trazem olhares importantes sobre o dia-a-dia da escola.

B) Reuniões da equipe da secretaria

Sugerimos que a equipe da secretaria faça reuniões internas semanalmente ou pelo menos a cada 15 dias para, sistematicamente, avaliar a execução das ações planejadas e fazer os ajustes necessários em função das variáveis em questão. É importante assegurar nessas reuniões o momento de compartilhar, retornar e avaliar as ações de acompanhamento in loco das escolas, pois esses dados poderão construir um panorama do trabalho das escolas e da sua efetividade, assim como trocar formas de encaminhamentos e intervenções.

Este trabalho também poderá trazer informações importantes para serem compartilhadas com outros setores da secretaria ou da prefeitura em relação aos insumos necessários ao funcionamento das escolas. Por exemplo: ao compartilhar os dados do levantamento, os técnicos da secretaria perceberam que havia um alto índice de ausências dos alunos na escola por falta de transporte escolar. No caso, essa informação foi encaminhada ao departamento responsável pela solução do problema na prefeitura.

Além dessas reuniões internas sugere-se que a equipe da secretaria se reúna com periodicidade regular, de preferência mensal, com diretores e coordenadores pedagógicos de todas as escolas para discutir e aprofundar os estudos, bem como avaliar se o plano de ação está sendo colocado em prática. A troca de informação entre as equipes gestoras da secretaria e da escola permite dividir dificuldades e buscar soluções em conjunto. Também auxilia a secretaria a avaliar

A discussão sobre os resultados da escola na Prova Brasil deve ser estendida a todos os professores de Ensino Fundamental da rede e não apenas aos responsáveis pelas turmas de 5º e 9º anos, pois as competências e habilidades avaliadas dizem respeito ao processo de aprendizagem realizado ao longo de todos os anos

e aprimorar continuamente a eficácia de suas ações mais sistêmicas, em áreas como por exemplo seleção e formação de professores e gestores escolares.

A equipe da secretaria, em parceria com as equipes gestoras das escolas, também deve planejar reuniões com os professores nos horários de trabalho coletivo da escola. De acordo com a lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica¹, 1/3 da jornada dos docentes deve ser voltada para atividades de planejamento e aperfeiçoamento profissional.

Para completar, a secretaria pode orientar a equipe gestora da escola a realizar reuniões com os pais e, assim, oferecer a eles devolutivas mais qualificadas dos resultados dos alunos nas avaliações externas e de sala de aula. Nesses encontros:

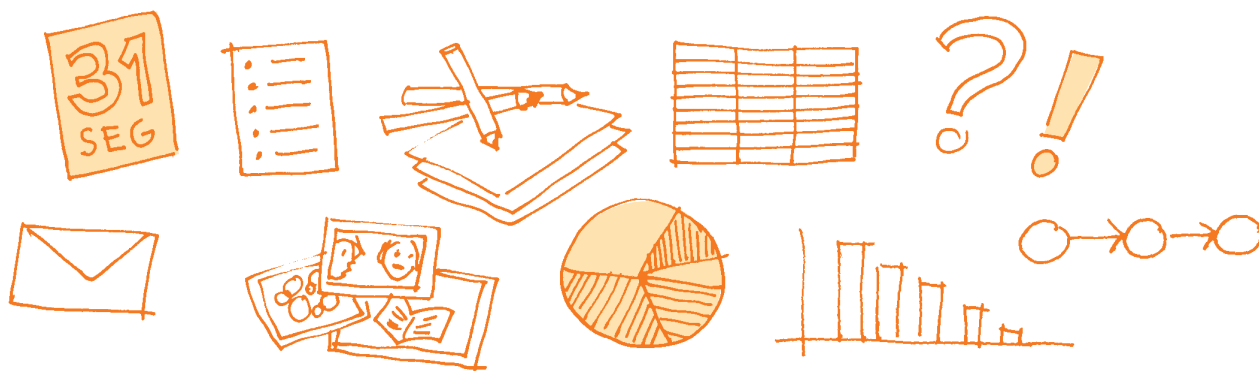
- O conteúdo ensinado aos alunos deve ser apresentado de forma prática e clara;
- Justifique a importância dos assuntos abordados em sala de aula e as estratégias de aprendizagem utilizadas;
- Reforce a importância dos pais incentivarem o filho a estudar e realizar as atividades em casa.

A periodicidade das reuniões vai depender do calendário escolar, mas em geral costumam acontecer no final do ciclo bimestral ou trimestral do período letivo.

¹ <http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>, acesso em 26/10/2015.

Para que os encontros com os gestores da escola sejam de fato produtivos, a equipe da secretaria deve observar alguns itens:

- Comunicar aos participantes os objetivos da reunião, além de data e local da reunião com antecedência para garantir a participação dos educadores
- Escolher os participantes de acordo com o foco da reunião.
- Elaborar previamente a pauta com as atividades de estudo e reflexão que serão realizadas durante o encontro.
- Apresentar os assuntos de forma provocativa e reflexiva, com a exibição de um trecho de filme ou de uma série de imagens (fotos ou ilustrações), por exemplo. Vale também discutir perguntas elaboradas a partir da leitura prévia de um texto ou então promover um debate em que grupos se posicionem contra ou a favor de determinado tema.
- Verificar a disponibilidade dos recursos audiovisuais e materiais que serão utilizados, como cópias de texto, papéis e canetas, para evitar perder tempo com acertos logísticos.
- Além desses aspectos gerais, as reuniões com foco na discussão de resultados também exigem outros cuidados por parte da secretaria:
- Organizar as planilhas com os resultados a serem analisados;
- Antecipar as principais informações e análises para apoiar o grupo durante as discussões de temas polêmicos;
- Ter em mãos as matrizes de referência da avaliação em questão para relacioná-las com as expectativas de aprendizagem de cada ano;
- Assegurar que os educadores presentes compreendam de fato os resultados apresentados: proponha perguntas capazes de ajudar nessa análise, favoreça a participação de todos e abra espaço para questionamentos e esclarecimentos;
- Manter o foco da discussão em relação às ações que poderão ser planejadas para melhorar as condições de ensino e de aprendizagem;
- Combinar com o grupo no início da reunião que a tônica da discussão será a busca de soluções e não a culpabilização dos envolvidos.



Entrevista: “Não existe fórmula mágica. O segredo é fazer um trabalho pautado pela organização, formação de pessoal e acompanhamento das ações da rede”

Com cerca de 24 mil habitantes, a cidade de Miranda do Norte (MA) abriga 28 escolas públicas com 7.150 alunos, 32 diretores, 21 coordenadores pedagógicos e 400 professores divididos entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 2009, incomodada com os baixos resultados da rede na Prova Brasil, a equipe gestora da secretaria de educação resolveu voltar os olhos para os dados das avaliações externas e assim tentar melhorar a qualidade da educação local. A seguir o coordenador de educação da secretaria, Renato Moreira da Silva, relata o que mudou na rede do município desde então.

QUAL A IMPORTÂNCIA DE SE ANALISAR OS RESULTADOS DA PROVA BRASIL?

SILVA: A grande maioria das secretarias sabe que os resultados existem, mas não os conhece de forma aprofundada. Os técnicos se ressentem de falta de formação, não sabem como esses resultados são compostos, como fazer a divulgação deles nas redes. Essa, inclusive, era a situação da nossa secretaria. Mas hoje sabemos que os resultados não são meros números. Eles mostram a situação em que a rede se encontra e, no nosso caso, fez com que a equipe da secretaria saísse da zona de conforto ao se deparar com os dados do município.

POR QUE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MIRANDA DO NORTE RESOLVEU FAZER UMA LEITURA MAIS DETALHADA DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL?

SILVA: A história começa em 2009. Naquele ano ficamos muito incomodados com os baixos resultados da rede: caímos 0,5 ponto no Ideb e a maioria das escolas não conseguiu alcançar a meta prevista pela secretaria. Daí resolvemos tomar uma atitude em relação a isso. Já em 2009 passamos por oficinas de formação oferecidas por



um programa de formação e começamos a entender, por exemplo, o que era Ideb, o significado dos resultados da Prova Brasil e como o MEC chegava a esses dados. Isso abriu a cabeça da equipe da secretaria.

Em 2012, de posse desses conhecimentos, começamos a analisar de forma mais profunda os resultados da Prova Brasil em reuniões internas com a equipe da secretaria para descobrir o que havia por trás daqueles dados. As reuniões aconteceram quinzenalmente ao longo de seis meses e contaram com a participação da subsecretária, de todos os coordenadores e também dos sete técnicos da secretaria.

QUAL FOI O PRÓXIMO PASSO?

SILVA: Foi levar essa discussão para as escolas ainda em 2012. Em reuniões mensais e conjuntas com os diretores e os coordenadores pedagógicos da rede a gente apresentava o que era o Ideb, discutia, entre outros assuntos, qual era o papel da secretaria, da dupla gestora da escola e dos professores no desempenho da instituição na Prova Brasil. Discutíamos também porque a nota da rede estava baixa e quais medidas poderíamos tomar em conjunto. A gente também começou a realizar reuniões nas escolas com o diretor, o coordenador pedagógico e os professores. Essa parte representou um desafio bem maior para a secretaria.

POR QUÊ?

SILVA: Nas escolas ninguém assumia a própria parcela de responsabilidade naquele resultado. Em geral, os diretores e coordenadores pedagógicos colocavam nos professores a culpa pelos baixos resultados da escola na Prova Brasil. Já os professores colocavam a culpa nos pais dos alunos ou então nos próprios alunos. Outro empecilho: os professores ficavam com o pé atrás em relação ao trabalho que a secretaria queria fazer, achavam que não ia adiantar nada, que era perda de tempo, que a situação da educação nunca mudaria de fato em nosso município.

A gente então trabalhou essas questões nas reuniões mensais com diretores e coordenadores pedagógicos e depois em reuniões bimestrais com os professores. Nessas oportunidades mostrávamos que todos nós, secretaria e escola, tínhamos grande responsabilidade naqueles resultados da Prova Brasil. Um ponto importante foi mostrar que a secretaria era parceira e não inimiga da escola.

Outro item fundamental em nome de uma relação harmoniosa entre todos os envolvidos: antes de levar qualquer assunto para os professores a gente discutia previamente a questão com a equipe gestora da escola. Hoje, dois anos após o início desse trabalho, os diretores e coordenadores pedagógicos já têm autonomia para realizar os encontros com os professores sem a presença dos técnicos da secretaria. De qualquer forma continuamos indo bimestralmente nessas reuniões para ter um envolvimento maior com a escola e poder acompanhar as ações mais de perto. Visitamos todas as escolas da rede ao longo de duas semanas. Em escolas com poucos alunos a reunião pode durar uma manhã e em escolas com muitos alunos se estende pela manhã e tarde.

Vale lembrar que em 2014, após a participação no programa Avaliação e Aprendizagem, passamos a discutir de forma mais objetiva na rede o que são as avaliações externas, quais disciplinas precisavam ser acompanhadas mais de perto e resolvemos focar nossos esforços em Leitura e Matemática, passando a oferecer aos alunos uma série de atividades lúdicas para melhorar o nível de aprendizado nas escolas. Como desdobramento

desse processo, em 2015 institucionalizamos em nosso município a prática do conselho de classe. Agora serão realizadas quatro reuniões anuais e não apenas uma no final do ano. Assim, os alunos e os pais não são pegos de surpresa com os resultados.

VOCÊS FAZEM PLANO DE AÇÃO?

SILVA: Sim! No início do ano determinamos no plano quais as demandas da rede e as medidas necessárias para resolvê-las. Por exemplo, se durante a observação de uma determinada escola percebemos que o acervo de livros não estava sendo utilizado programamos reuniões na escola para discutir a importância de incentivar o hábito de leitura entre os alunos. As reuniões são estabelecidas no plano de ação e no calendário escolar para criar assim uma rotina na rede.

Em nosso município, o plano de ação da rede é aprimorado ao longo do ano por meio das visitas e das reuniões com diretores, coordenadores pedagógicos e professores. No município, as equipes das escolas enviam bimestralmente para a secretaria relatórios das ações e reuniões realizadas e, na sequência, os técnicos encaminham uma devolutiva para a escola.

A PARTIR DA ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL VOCÊS CONSEGUIRAM OTIMIZAR OS RECURSOS APLICADOS NA REDE?

SILVA: Nas idas às escolas percebemos que a prática de leitura era feita pelo professor para acalmar a turma em momentos mais agitados ou então às sextas-feiras, sempre no final da aula. Como os resultados da Prova Brasil da rede apontavam déficit em leitura instituímos que os professores deveriam ler todos os dias para as crianças, fazendo com que aquele momento fosse uma experiência prazerosa para todos e um momento de ensino. Adotamos também outras medidas como uma sacola com livros que vai para a casa dos alunos, um varal de poesia nos pátios e cantinhos de leitura nas salas de aula.

Outro ponto importante foi olhar para as práticas de matemática dentro da escola: quais recursos as escolas possuíam, se eram utilizados ou não. Orientamos também realização de práticas lúdicas, como jogos ou a simulação de um supermercado.

Percebemos que hoje os gestores das escolas estão mais ligados aos resultados das avaliações externas, o que é bom, claro! Mas nosso desafio é mostrar que o papel da escola é formar integralmente o aluno e não apenas para que ela faça a Prova Brasil.

Ainda temos muito o que melhorar, mas é gratificante perceber o seguinte avanço nos resultados da Prova Brasil em nossa rede: em 2009, o índice nos anos iniciais era 3.5 e em 2013 subimos para 4.3. Em relação aos anos finais, tínhamos em 2009 a marca de 3.2 e em 2013 fomos para 3.8.

QUAL É O SEGREDO?

SILVA: *Ao longo destes anos percebemos que não existe fórmula mágica. O segredo é fazer um trabalho pautado pela organização, formação de pessoal e acompanhamento das ações da rede. Secretaria e escolas precisam trabalhar de forma integrada.*

Percebemos que hoje os gestores das escolas estão mais ligados aos resultados das avaliações externas, o que é bom, claro! Mas nosso desafio é mostrar que o papel da escola é formar o aluno de forma integral e não apenas para que ele faça a Prova Brasil

Para concluir

- O plano de ação é uma ferramenta preciosa para a secretaria de educação e escolas planejarem e colocarem em prática ações considerando o diagnóstico obtido a partir da análise dos resultados das avaliações externas e internas. Ele organiza as ações e as tomadas de decisão e aponta as intervenções necessárias naquela rede e escola.
- A secretaria deve incentivar e apoiar as escolas a elaborarem o seu próprio plano de ação, pois as decisões tomadas por cada escola podem ser diferentes a depender dos seus resultados nas avaliações e demandas de aprendizagem dos alunos.
- Sugere-se que a secretaria acompanhe e apoie o desenvolvimento das ações previstas no plano por meio de acompanhamento in loco e reuniões periódicas às escolas.
- Além de possibilitar a criação de uma cultura colaborativa e fortalecer as relações profissionais na rede, as reuniões e o acompanhamento in loco das escolas desempenham um papel importante no contexto escolar por:
- Construir um repertório comum de informações na rede;
- Explicitar e tornar possível a apropriação dos princípios e valores que regem um Projeto Político Pedagógico, responsável por nortear a tomada de decisões pela equipe;
- Propor a discussão de questões e a busca conjunta de propostas e/ou soluções para elas;
- Convocar os profissionais a não se esquecerem da razão de ser dos processos de ensino e aprendizagem: o aluno.

Coordenação Técnica



Iniciativa

